

póvoadelanhoso
Assembleia Municipal



Aos 27 dias do mês de abril do ano de 2018, pelas 20h30, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de João Manuel Correia Rodrigues Duque, secretariado por José Miranda Gomes e por Maria Alice Rodrigues de Sousa, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (15`):

Proposta do Movimento Alternativa Independente (MAI) para criação de uma comissão no âmbito da Assembleia Municipal, com representação de todas as forças políticas, para acompanhamento da execução do respetivo plano de atividades e orçamento, de modo a contribuir para uma melhor, mais participada e mais transparente gestão municipal.

Ponto Dois (15`):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Três (15`):

Proposta da Câmara Municipal para autorização à celebração de contrato para execução de garantia bancária, inerente ao processo de empreitada para fecho de redes de abastecimento de água dos subsistemas da Agere /Ponte do Bico, Andorinhas e Rabagão e das redes de águas residuais dos subsistemas da Bacia do Ave e de Serzedelo, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Ponto Quatro (15`):

Apresentação do relatório semestral do Revisor Oficial de Contas, para os efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Cinco (45`):

Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2017, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto).

Ponto Seis (20`):

Proposta da Câmara para a 1ª Revisão Orçamental, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Sete (15`):

Proposta da Câmara Municipal para revogação de deliberação havida em setembro de 1996, inerente a cedência gratuita de imóvel à Escola Profissional do Alto Ave, E.M., e pedido de autorização para celebração de contrato de arrendamento.

Ponto Oito (15`):

Proposta da Câmara Municipal para composição de júri de recrutamento para o provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau.

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16`)

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Luís Jorge Amaro da Costa; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; João António Rodrigues Marques; Diogo Amaral de Sousa; Sónia Margarida da Silva Fernandes; José João da Costa Fraga.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União de Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Álvaro da Silva Vieira; Filipe Almeida Silva; Maria Elisabete Cardoso da Cunha; Miguel da Cunha Pereira; José Ângelo Sáavedra de Almeida Faria; Clárisse Matos; Susana Patrícia Barbosa Morais; António Luís Gomes de Carvalho; Paulo Alexandre Almeida Ferreira de Bastos.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União de Freguesias de Campos e Louredo; União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira.

Estiveram presentes na bancada do MAI os seguintes membros: António Antunes Ramalho; José Eduardo Pinto da Silva Baptista Vieira; Carla Maria Canotilho Alberto dos Santos.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas; e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Avelino Adriano Gaspar da Silva; Maria Gabriela da Cunha Baptista Rodrigues da Fonseca; André Miguel Lopes Rodrigues; Estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; António Joaquim Barros da Silva; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, saudou todos os presentes. Colocou a votação do plenário a ata da sessão ordinária realizada no dia 28 de fevereiro de 2018. Informou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com 1 voto de abstenção. Concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado do GP do MAI, António Ramalho e no uso da palavra referiu:

“Visto que não participei na última Assembleia Gera da Assembleia Municipal, naturalmente que não me posso pronunciar sobre a ata aí produzida. Nessa medida a minha votação só podia ser a abstenção. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Secretária da Mesa, Alice Sousa para leitura da correspondência recebida.

A Secretária da Mesa, Alice Sousa procedeu à leitura resumida da correspondência recebida.

O Presidente da Mesa, João Duque, informou que a correspondência estava disponibilizada para consulta. Informou que tinha sido apresentada a seguinte proposta de voto de pesar, acolhida por todos os líderes dos grupos parlamentares:

“Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 01 de abril, após prolongada doença, Vasco Pereira Coutinho que foi deputado desta Assembleia entre 2001 e 2015, em representação do PCP.

Vasco Pereira Coutinho foi, na sua vida, um cidadão empenhado na defesa da liberdade e da democracia. Foi ativo participante no Movimento Democrático de Braga, antes do 25 de Abril, foi militante sindical e até ao seu decesso era militante do PCP.

Pelo seu desaparecimento, esta Assembleia Municipal, caso seja aprovado, reunida em 27 de abril de 2018, delibera aprovar um voto de pesar em memória de Vasco Coutinho e apresentar as condolências aos seus familiares.”

Quem vota contra? Quem se abstém?

É aprovado por unanimidade.

Proponho 1 minuto de silêncio em pé.

Cumpriu-se 1 minuto de silêncio.

Seguidamente, o Presidente da Mesa, João Duque, no uso da palavra referiu:

“No passado dia 23 de março tomaram posse os membros das Comissões e foram escolhidos também os respetivos dirigentes. Só para que haja conhecimento, não vou referir os nomes de todos os membros das Comissões, mas os grupos municipais chegaram a acordo quanto à distribuição das presidências e dos secretariados e ficou assim entregue:

A Comissão do Ambiente é presidida por Sónia Fernandes e será secretariada por um deputado do PS.

A Comissão da Juventude, Educação e Desporto é presidida por Miguel Pereira e será secretariada por um deputado do PSD.

A Comissão para a Responsabilidade Social é presidida por António Machado e será secretariada por um deputado do MAI.

A Comissão de Trânsito e Toponímia é presidida por Rui Rebelo e será secretariada pelo representante dos Presidentes de Junta.

A Comissão de Urbanização, Edificação e Planeamento é presidida por Fátima Alves e será secretariada por um deputado do PS.

Assim, conseguimos que haja representação de todos os grupos parlamentares nestas Comissões e também na sua direção. Isso é importante, sem dúvida, do ponto de vista simbólico, como representação desta Assembleia, mas mais importante que tudo isso será agora o trabalho das Comissões.

Recordo que, segundo o Regimento, as Comissões deverão reunir pelo menos duas vezes por ano. E portanto, uma vez que já estamos com o ano em andamento, seria conveniente preparar a primeira reunião o mais rápido possível, para ser possível iniciar também os trabalhos.

*Depois, proporemos, pelo menos numa Assembleia anual, eventualmente a de fevereiro, fazer um relatório, em princípio também obrigatório, do trabalho das Comissões, para que consigamos prestar **o serviço que devemos prestar.***

Entretanto, como alguns já se aperceberam, está a decorrer uma sessão de fotografias simplesmente com a finalidade de termos algumas fotografias de qualidade. Alguns

terão também já digitalmente no seu computador, poderão enviá-las, mas aqui poderá ser feita para a colocação no site, no novo site da Câmara Municipal, e também para elaboração do cartão de deputado municipal, que tentaremos elaborar o mais rápido possível. Podem, nos intervalos que forem fazendo durante a sessão, ir tirando essa fotografia.

Quanto à nossa sessão de hoje e, relativamente à distribuição dos tempos, será o seguinte: o período antes da ordem do dia, como habitualmente, terá 45 minutos, dos quais 24 serão atribuídos ao grupo do PSD, 18 ao grupo do PS e 3 ao grupo do MAI. O período de intervenção dos presidentes de junta será de 16 minutos, como habitualmente, com o máximo de intervenção de 4 minutos por cada Presidente de Junta. O período da ordem do dia, o ponto 1 a 4 e o ponto 7 e 8, que estão atribuídos 15 minutos, dos quais serão 7 para o PSD, 5 para o PS e 3 para o MAI. Ponto 5, ao qual estão atribuídos 45 minutos, serão 24 para o PSD, 18 para o PS e 3 para o MAI. E o ponto 6, ao qual estão atribuídos 20 minutos, serão para o PSD 10 minutos, para o PS 7 minutos, para o MAI 3 minutos. Para o período de intervenção do público, e recorde que as inscrições deverão ser feitas até ao início do período da ordem do dia, estão atribuídos 16 minutos, distribuídos também com um limite por cada intervenção. Entramos então no período antes da ordem do dia. Estão abertas inscrições para intervenção. Tem a palavra o senhor deputado José Faria.”

Interveio o deputado do GP do PS, José Faria, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Completam-se hoje 44 anos e 2 dias sobre a Revolução do 25 de Abril de 1974. Podia falar-vos hoje sobre o seu significado, as suas conquistas, os seus valores, os seus aspetos mais positivos ou os mais negativos. Procurei antes, ao escrever estas linhas, acrescentar algo de diferente ao muito que se tem abordado sobre o 25 de Abril, durante estas quase 4 décadas e meia.

O 25 de Abril e os seus valores estão efetivamente presentes no dia-a-dia, porque estão expressos na Constituição e demais legislação da nação, mas se não forem revividos constantemente, correm o risco de ficar apenas como partes dos livros de história, quando efetivamente, com todos eles, convivemos diariamente.

De entre todos os presentes nesta sessão, muitos há, talvez a maioria, que o não viveram, ou porque não tinham ainda nascido ou porque eram ainda muito novos e as memórias desse tempo são bastante ténues.

Recorremos aos registos históricos, hoje enriquecidos com variados meios áudio visuais, para tentar compreender como tudo se passou e para fazer chegar às gerações futuras a informação de como realmente se vivia em 24 de abril e como se passou a viver após o dia 25.

Mas o 25 de Abril foi muito mais do que estes relatos históricos. Foi antes que tudo um misto de sentimentos, de alegria, sensação de liberdade, também de medos e de incertezas. E como se transmitem estes sentimentos desses momentos às gerações futuras? Como é que é possível fazê-lo?

Para exemplificar, lembro-me de alguns momentos das farsas eleitorais de então, quando, com o meu pai ia colocar o carro na garagem e aproveitávamos, com as portas abertas para dentro, para fixar alguns cartazes da oposição democrática que, quando as portas se fechavam apareciam naturalmente voltados para o exterior. Era certo que, pelo menos no dia seguinte, os cartazes tinham desaparecido e não se podiam afixar quando estava um boca de sapo preto – para os mais jovens, um Citroen ID 19 – estacionado em frente à casa do outro lado da Rua, com dois senhores lá dentro.

A presença da PIDE era constante nessas alturas e até nada dissimulada. Porque é que era preciso esconder num falso por trás de um armário determinados livros de orientação política contrária ao regime? Porque a censura os apelidava de subversivos. Estes momentos traziam consigo, reparem, um conjunto de sentimentos liderados pelo receio, pelo medo, pela adrenalina até, mas conduziam a um sentimento de revolta e a uma cada vez mais crescente consciencialização da situação e do que era necessário fazer. E como é que se transmite isto às gerações futuras? Muito sinceramente, eu não sei. Mas quis trazer-vos o tema para que possam meditar um pouco sobre ele. Talvez não seja muito fácil transmiti-lo, é provável que sim, mas são eles que vão dar a vida e a verdadeira dimensão ao que se passou na Revolução de Abril. É um desafio importante, particularmente para os muitos jovens que aqui estão, mas também para aqueles que, sendo professores, tem a mui nobre missão de formar gerações de modo que sejam capazes de perpetuar ao máximo também esses sentimentos que enriquecerão decididamente toda a história.

É certo que a Revolução de Abril não é repetível. A situação em Portugal e no mundo é, hoje, radicalmente diferente daquela que conduziu à Revolução, às suas realizações e às suas conquistas, mas os seus valores, as experiências e as realizações, o seu projeto inscrito na Constituição da República, ainda hoje, apesar das sucessivas revisões, mantêm-se presentes na sociedade e na consciência dos trabalhadores e do povo português em geral.

Os pilares de justiça, de liberdade e democracia, continuam a ser e serão no futuro fundamentais para o crescimento harmonioso e justo da sociedade em que vivemos e do futuro que queremos deixar às nossas gerações, às novas gerações. Queremos que todos estejam em pé de igualdade perante a justiça. Queremos que todos tenham acesso a ela de forma equitativa. Não queremos que alguém seja marginalizado ou menosprezado por razões de ideologia política, de crença religiosa, de cor de pele, de orientação sexual ou de debilidade financeira. Não queremos voltar a ver alguém ser arbitrariamente preso porque não partilha da mesma ideologia de quem detém o poder. Não queremos

mais que alguém seja impedido de se expressar livremente, desde que respeite as pessoas e as instituições. Queremos continuar a viver em democracia, aceitando com naturalidade a divergência de pontos de vista, sabendo que as decisões são o resultado de posições maioritárias e não o feudo de uns quantos.

Assim funcionamos neste parlamento, que é a casa da democracia povoense. Somos os representantes do povo que nos conferiu mandatos, da forma como muito bem entendeu. Temos a responsabilidade e o dever de os respeitar e de cumprir aquilo que lhes prometemos, garantindo os valores de Abril expressos no documento fundamental da sociedade portuguesa, a Constituição da República.

Pela justiça, pela liberdade e pela democracia, 25 de Abril sempre. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Carvalho, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Celebramos, na passada quarta-feira, dia 25 de abril, os 44 anos da Revolução dos Cravos que pôs fim ao regime ditatorial, e os 43 anos da primeira eleição livre para a Assembleia da República. Acontecimentos que ficarão para sempre marcados na história de Portugal, na memória dos portugueses e na história de outros países e povos que outrora pertenceram a um império decadente, suportado por um regime caduco que sacrificou, em nome de uma ideia ultrapassada e apenas para proveito de alguns, um conjunto de valores que sustentam as nossas atuais convicções mais profundas.

A expressão 25 de Abril ficou inscrita no coração de todos os portugueses nesse ano de 1974, como um dos mais belos sinónimos e noção de liberdade. Data que certamente trará felizes memórias a muitos dos presentes, as quais na verdade e em bom rigor estão distantes dos jovens portugueses de hoje.

Sou jovem, ainda, e não vivi o 25 de Abril de 74. Porém, enalteço o elevado significado dessa data, pois é graças a este feliz acontecimento que nos encontramos aqui hoje, na casa da democracia, tendo eu a honra e o privilégio de me dirigir a todos vós.

Ao contrário dos mais velhos aqui presentes, eu e os da minha geração não nascemos num Portugal que se orgulhava da sua independência e autonomia quase que solitária, num mundo em que as liberdades individuais eram uma miragem. Nascemos num Portugal onde a independência já tinha dado lugar a interdependências de soberania no seio de uma comunidade europeia. Nascemos num país onde o voto universal estava consagrado e a liberdade, embora uma luta constante e sempre premente, estava conquistada.

A luta pela liberdade democrática, que na passada quarta-feira recordámos, faz parte da herança que recebemos das gerações antecessoras à nossa, daí que para mim e com todo o respeito e consideração, faça mais sentido hoje refletir o valor que essa herança tem para a minha geração e os desafios que nos coloca. Hoje em dia é comum ouvir-se que esta geração jovem está melhor preparada, aquela que teve acesso aos melhores cuidados de saúde, à melhor educação do ponto de vista pedagógico, ao maior bem-estar individual e, embora todos reconheçam as dificuldades que enfrentamos no mundo atual, como é o caso da emancipação e autonomia jovem que, por força do flagelo social que é o desemprego e que outrora não se vivia com a mesma angústia que se vive há uns anos para cá, reconhece-se também que estamos melhor dotados do que qualquer outra geração no passado para enfrentar essas mesmas dificuldades.

Para esta geração jovem, a democracia e a liberdade significam mais do que a instalação de vontades quadrianuais do povo expressas através do voto. Significam mais do que o primado do Estado de Direito e de uma justa justiça, luta sempre atuais e pertinentes, independentemente das épocas ou dos estados de evolução das sociedades. Significam de facto a liberdade de cada um escolher o seu caminho perante as opções que se colocam. É a liberdade de escolher o projeto da sociedade que se quer, mais do que a pessoa que o concretiza. É a liberdade de exprimirmos a nossa opinião e, com isso, contribuímos para a discussão pública sobre a sociedade.

Estas liberdades, estas livres vontades, ganham força renovada num tempo em que a informação flui a uma velocidade nunca antes vista e que está ao alcance de todos. Um tempo que maximiza o espaço e os meios para que a voz de cada um seja ouvida com a expectativa de que essa mesma voz seja de facto tida em conta.

Espera-se que a participação individual de cada um seja mais do que confiar o apoio pontual a um partido, através do voto depositado na urna. Muito mais que isso. É a vontade de fazer parte de um projeto de sociedade, de lutarmos pelo bem comum, pela humanidade. Mas, paradoxalmente, verificamos que os cidadãos, em particular os mais jovens, estão cada vez mais afastados dos meios de participação política tradicionais. As elevadas taxas de abstenção são sempre um ponto de reflexão a cada eleição, lançando questões sobre a verdadeira representatividade democrática.

Para solucionar estas novas questões precisamos de novas respostas. Não podemos esperar que, repetindo as propostas do passado, possamos alcançar resultados diferentes. Isso é controverso, já para não usar o velho ditado: continuamos a chover no molhado.

Urge a necessidade de uma mudança real e efetiva, mais que na forma ou na encenação. E para tal, o poder local assume o papel privilegiado.

Já em tempos longínquos se reconhecia esse papel, ao afirmar-se que são as comunas que constituem a força das nações livres e que as assembleias locais estão para a

liberdade como a instrução primária está para a educação, pois trazem a liberdade para o alcance das pessoas, ensinando-as a praticá-la e a apreciá-la.

Pela proximidade com a população, ao nível de decisão, nós, autarcas, temos ao nosso dispor as ferramentas para construir novos meios de envolvimento e auscultação dos cidadãos. Ferramentas para cumprir os princípios, na base da democracia, concretizando-os. Ferramentas para transpormos, do papel para a realidade, princípios abstratos como o da otimização e o da responsabilização. Aquela responsabilidade que temos que passar a quem não vai exercer o direito de voto, por exemplo. Mecanismo para aproximarmos a decisão dos cidadãos envolvendo-os nessa mesma decisão. Pôr ao seu dispor a informação e a execução que se faz nos órgãos autárquicos, divulgando os resultados, mas também os processos e as execuções que a eles conduzem e utilizar os meios de comunicação disponíveis, com particular enfoque na internet e nas novas tecnologias. Precisamos de levar os grandes debates municipais para a sociedade civil, ouvindo-a. Mas ouvindo-a livremente, sem procurar condicionar a sua opinião. Temos de respeitar a opinião de todos, ainda que dela possamos discordar, pois a democracia tem esta mesma característica, a de olhar para a diversidade como uma única razão unificadora de pessoas e ideias diferentes. É necessário cada vez mais respeitar e valorizar as ações coletivas da sociedade, quando esta se mobiliza genuinamente, em torno de uma causa.

Se esta geração está melhor preparada, se a sociedade civil nunca como hoje teve meios ao seu dispor para opinar com fundamento sobre os mais variados temas, mais não temos que fazer senão ouvir a sua voz, dar-lhe espaço e procurar responder aos seus anseios na ação política, em vez de anuir no momento e fazer desses anseios tábua rasa de seguida. Porque as ameaças que se colocam à liberdade renovam-se em cada época, as ameaças de hoje não são as da PIDE, mas muitas delas são renovadas dentro de quadros institucionais formalmente democráticos, como bem vemos por essa Europa fora, por esse mundo fora.

Respeitar a liberdade e cultivar a democracia está também nas nossas mãos, para que saibamos cumprir os preceitos de Abril, da liberdade e do que ela significa em cada momento, para cada geração.

Abril cumpre-se todos os dias. Abril é saber cuidar do passado e preparar o futuro. Abril é colocar Portugal nas mãos de todos nós, dos portugueses, dos mais jovens aos mais velhos. Celebremos os valores de Abril, hoje e sempre. Viva a liberdade, viva a Póvoa de Lanhoso, viva Portugal.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do MAI, Carla Santos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Antes de mais gostava de dar os meus parabéns aos colegas do PS e do PSD pelos discursos associados ao 25 de Abril. Relembra só que o 25 de Abril se faz todos os dias, nas decisões que tomamos e na sociedade que construímos.

O MAI tem-se debatido nas sessões plenárias da Assembleia Municipal por uma atividade capaz de promover o debate vivo e aprofundado dos principais assuntos e problemas do Concelho.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, nesse pressuposto, formulamos por escrito a V. Ex.^a na última Assembleia Municipal uma série de perguntas, às quais obtivemos resposta no passado dia 24 de abril. Ora, da leitura dessas respostas, que agradecemos, podemos concluir que a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso ainda não possui para todos os efeitos do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios. Não estamos a falar da atualização deste plano, mas sim em alguma vez ter aprovado o plano, cuja elaboração é obrigatória e deveria estar concluída desde janeiro de 2007.

Assim, Sr. Presidente, com pena nossa constata-se que estava certa a notícia do Jornal de Negócios, edição de 23 de abril corrente, que incluía a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso nas 50 Câmaras, em 308 Municípios, que não têm ainda aprovado este plano.

Sendo assim, porque motivo ocorre tamanha falha ou negligência político-institucional? Parece-nos estar perante uma situação de grave descuido político. Tratando-se de um desiderato de crucial importância e que reclama urgência na sua elaboração, estando em falta desde 2007, perguntamos:

A quem se deve atribuir responsabilidades políticas neste processo, sabendo nós que, pelo menos em 28 de fevereiro passado, o Município da Póvoa de Lanhoso ainda não tinha formalizado a competente proposta do plano? Obrigada.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Manuel Sousa.

Interveio o deputado do GP do PS, Manuel Sousa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Inicio esta breve comunicação prestando a minha homenagem a todos quantos permitiram que a Revolução de Abril acontecesse. Os capitães de Abril, os resistentes antifascistas, os cidadãos que anonimamente resistiram à opressão, aqueles cujo pensamento ideal de liberdade não se deixou silenciar pelo medo. Foi o esforço desses valentes que nos proporcionou a democracia, que tornou possível estarmos hoje aqui, mandatados pelo voto dos eleitores, livremente expresso.

E como é um ato de cidadania e democracia escrutinar os atos da governação, vem à colação falar aqui na importância da transparência nas decisões e na atuação dos

eleitos. Recentemente foi mais uma vez divulgado o índice de transparência dos municípios 2017. Este índice estabelece o ranking dos municípios portugueses nesta questão. Tal índice usa uma escala, classifica o desempenho dos municípios em 3 níveis: de 100 a 64 pontos, nível bom, 54 a 36, nível aceitável, de 0 a 29, insuficiente.

Com base em indicadores que analisam, avaliam 7 dimensões relativas à informação disponibilizada aos munícipes, em 7 dimensões. A informação sobre a primeira dimensão, informação sobre a organização, composição social e funcionamento do município; Segunda dimensão, planos e relatórios; A terceira, impostos, taxas, tarifas, preços e regulamentos; Quarta, a relação com a sociedade; Quinta, contratação pública e transparência económico-financeira; A sexta e sétima, transparência na área do urbanismo. E há uma constatação incontornável: em 308 municípios, o Município da Póvoa de Lanhoso tem vindo a baixar a sua classificação ano após ano, desde a existência deste ranking.

Assim, em 2013, a classificação foi de 21 pontos e ficava-se pelo modesto lugar 181 nesta escala. Em 2014, com 30 pontos, baixou para 193 o lugar. Em 2015, com 32 pontos e 28, baixou para 236. Em 2016, com 29 pontos e 94, a posição é de 278. Em 2017, a classificação foi de 25 pontos e 55, e a posição foi 297.

Assim, no último ranking ficamos a escassos 11 lugares do fim dessa imensa listagem. Em suma, descemos excessivamente, desde o primeiro índice. Mas afinal em que base é definido este ranking? E como são obtidos esses resultados? Ora a entidade promotora deste índice é a associação sem fins lucrativos “Transparência e Integridade”, reconhecida mundialmente e integrada noutras associações do género, cuja missão, segundo os seus estatutos, é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e da democracia de qualidade em Portugal, promovendo a participação cívica, o acesso à informação, a transparência dos processos decisórios e a regulação eficaz dos sistemas e organizações, no sentido de reforçar a prevenção e combate à corrupção e promover uma ética pública e um verdadeiro sentido de responsabilidade social por parte de todos os agentes económicos. Nas palavras desta instituição, o índice de transparência municipal foi criado para se tornar uma ferramenta de capacitação dos cidadãos, promovendo maior envolvimento na vida autárquica e uma melhoria da qualidade da democracia local. Desenvolvido pela associação cívica “Transparência e Integridade” e seus parceiros, o ITM é publicado desde 2013, relatando anualmente o grau de informação que o poder local disponibiliza a todos os cidadãos. O ITM avalia para todos o nível de transparência, faculdade de tornar públicos todos os atos do Governo e dos seus representantes, para providenciar a sociedade civil com a informação relevante de forma completa, atempada e de fácil acesso. Ora, a elaboração do índice de transparência municipal consiste na análise dos web sites de todos os municípios portugueses, avaliando a informação disponível de acordo com os 76 indicadores, agrupados nas tais 7 dimensões que anteriormente se referiu. Da classificação atribuída,

a equipa responsável aceita, com certeza, o contraditório. Ora, perante estes dados, o que é que o recém-eleito executivo camarário prevê fazer para contrariar e alterar a posição do município povoense neste ranking ou se apenas vão esquecer e desvalorizar algo que é fundamental numa democracia plena: O direito legítimo dos munícipes eleitores à informação objetiva, isenta, atempada e funcional? Ora, uma governação transparente é aquela que não deixa espaços de dúvida, não envolve as suas decisões em processos que não sejam os que a lei permite, não sonega informação relevante, nem teme ser escrutinada nos locais e nos momentos certos. E num esforço de transparência, importa também que a comunicação social local ponha a verdade, objetividade e rigor acima de quaisquer influências, pois só desse modo contribuirá para a melhoria da sociedade de que deriva.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“No passado dia 16 de abril recebi na minha caixa de e-mail e na qualidade de deputado um convite que me foi endereçado pelo gabinete de comunicação, mas a mando do Sr. Presidente da Câmara Municipal. Tratava-se de um convite para participar nas comemorações do 25 de Abril. Penso que os restantes deputados municipais terão recebido o mesmo convite que eu recebi, assim como certamente terá o mesmo sido endereçado a outros agentes políticos e diferentes instituições. Juntamente com este convite, foi enviado também um documento onde constava a programação das Comemorações do Dia da Liberdade. Deste programa, constava uma atividade que havia sido adiada, pois a sua realização estava prevista como habitualmente por altura das comemorações das festividades de S. José. Refiro-me ao Cortejo Etnográfico que foi anunciado pela Autarquia, na altura do lançamento do programa das festividades, como um dos momentos mais aguardados das mesmas. Tanto quanto sabemos, havia algumas Freguesias com bastante investimento já feito, na preparação da sua participação neste evento. Dias depois dos convites endereçados, somos confrontados com a notícia de que o Cortejo havia sido cancelado. As informações que temos, até ao momento, é que após uma reunião com os Presidentes de Junta terá sido o executivo, na pessoa do Sr. Presidente, a tomar a decisão de cancelar o evento, indo contra a vontade de alguns Presidentes de Junta.

Deixamos duas questões relativamente a este tema: por um lado, pedir ao Sr. Presidente de Câmara que esclareça as razões que o levaram a optar pelo cancelamento do evento? Depois, questionar o Sr. Presidente se não teria sido mais sensato a realização da reunião com os Presidentes de Junta antes do programa lançado? Fará ou não mais

sentido, para o Sr. Presidente, primeiro reunir para tomar decisões e depois divulgar o resultado das decisões e não o contrário.

Um segundo assunto que gostaríamos de abordar e ver esclarecido está relacionado com o corte das árvores na envolvente ao Parque do Pontido. Foi um assunto bastante badalado na praça pública, onde ainda não foi perceptível qualquer esclarecimento por parte do executivo; mais concretamente, o Sr. Presidente de Câmara vê, neste caso, o seu nome envolvido num processo que nos parece pouco claro. Pergunto ao Sr. Presidente como decorreu este processo? De que forma se chegou à empresa que procedeu ao corte das árvores? Sabendo de antemão que as árvores são um bem público e portanto há uma série de procedimentos obrigatórios a seguir para a venda de bens públicos, a questão que lhe colocamos é se estes procedimentos foram ou não seguidos? Obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Para responder àquelas perguntas que realmente me foram endereçadas, eu queria responder ao Sr. deputado Manuel de Sousa sobre o índice de transparência.

Os critérios avaliados são, essencialmente, informação que a autarquia publica no portal da internet e que aumenta a transparência da autarquia. No ano passado, percebendo que o nosso portal já não correspondia, decidimos contratar, ao abrigo de uma candidatura, um novo serviço. O trabalho foi feito e apresentado recentemente no novo portal. Reconhecemos que essa era uma lacuna e por isso corrigimos, sem dramas.

Sr. Filipe Silva, em relação ao corte de árvores, eu tenho aqui a referir que a Câmara teve que abater 8 árvores. Umas porque estavam a impedir a passagem de peões, outras porque estavam a estragar muros e outras porque, realmente, nós íamos intervir numa zona em que era necessário deitar árvores abaixo. Mas foram plantadas de imediato 10 árvores e estão mais 100 previstas para o Pontido. Segundo: o destino que foi dado às árvores resulta de as mesmas não terem qualquer valor económico. Repito, não terem qualquer valor económico. Eram plátanos e não tinham qualquer valor económico. Perante esta situação, solicitamos colaboração a uma empresa para remover as árvores, o que foi feito sem qualquer custo para a Autarquia. Entendemos que este foi o procedimento mais correto, tendo em conta a urgência e ausência do seu valor.

Em relação ao cortejo, Sr. deputado Filipe Silva, mais que ninguém gostaria que o cortejo se realizasse. Olhos nos olhos, posso-lhe dizer que, mais que ninguém, gostaria que o cortejo se realizasse. E a intenção dessa reunião que tivemos, não foi meramente para

falar da realização ou não desse cortejo, foi para ver se realmente era necessário, da parte dos Presidentes de Junta, alguma situação que a gente pudesse resolver.

Sempre defendi a realização do cortejo, mas com a responsabilidade que tenho, depois de perceber que a maioria dos Presidentes da Junta estava com dificuldades – esta é a realidade e tem que se dizer, e todos os Presidente de Junta que estão aqui sabem perfeitamente aquilo de que eu estou a falar – decidi reavaliar a realização. Perante a recolha de opiniões, todos percebemos que seria um risco enorme fazer no dia 25 de Abril, pelas dificuldades de mobilização de pessoas e dos meios técnicos, carrinhas e outros meios.

Perante isto, assumo e estou convencido que tomamos a melhor decisão. Obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao Vereador André Rodrigues.

Interveio o Vereador André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Em resposta ao requerimento enviado pelo GP do MAI, a Câmara Municipal, nomeadamente o Sr. Presidente, apresentou uma série de esclarecimentos. Nós aprovamos o primeiro PMDFCI em 2006 e ele encontrou-se em vigor até 2012, na altura em que ficou sem validade.

O processo, o início do processo de revisão para o PMDFCI de última geração, como está plasmado na resposta ao requerimento que vos foi enviado, desde 2010 que nós começamos, que iniciamos o processo de revisão do PMDFCI.

Contudo, o Município nunca achou por bem que a carta de perigosidade se sobrepusesse ao PDM. Nós já falamos disso aqui uma vez e voltamos a falar. O PMDFCI aprovado com a carta de perigosidade a sobrepor-se ao PDM trazia constrangimentos muito grandes para o Município, e nós e Vizela éramos os dois Concelhos do distrito de Braga em que o PMDFCI estava a ser chumbado devido a esse facto. Em mais nenhum dos outros 12 Concelhos o mesmo problema estava a acontecer. E perante isso, o Município nunca poderia ser prejudicado pelo facto de estar a ter um tratamento diferente dos outros Concelhos do distrito. E como tal foram enviados contínuos pedidos de esclarecimento ao ICNF, sendo que o último foi remetido em outubro de 2017 e a resposta veio precisamente no dia de Carnaval às 9 horas, 21 horas e não sei quantos minutos. Foi precisamente nesse dia que nós recebemos a resposta de que a carta de perigosidade, de facto, não se iria sobrepor ao PDM. E a partir daí iniciamos o processo de revisão do mesmo. Esse processo culminou no dia 23 de março, em que a comissão municipal de defesa da floresta municipal reuniu e aprovou por unanimidade o PMDFCI. Ele foi remetido no dia 28 e daí existem 20 dias para a pronúncia do ICNF. Estamos a aguardar essa resposta. Obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu penso que não terei sido devidamente bem interpretado pelo Sr. Presidente de Câmara porque, relativamente à questão do Cortejo, a minha pergunta não vai no sentido de saber se o senhor era o maior ou menor interessado em que o cortejo se realizasse, mas sim à forma como tudo se processou: fazer um convite onde tinha a programação, depois fazer uma reunião, ou seja, deveria ter sido o inverso disso. Mas, relativamente a esta questão, ao cancelamento do cortejo, a questão parece-nos bem mais simples. Todo o procedimento revela um elevado grau de impreparação e falta de planeamento. Não há outra justificação para sucessivamente acontecerem coisas semelhantes a esta. Relembro a célebre programação do Verão Com(n)Vida que anunciava uma artista bem conhecida a nível nacional, em que teve que ser a própria artista a anunciar que não estaria presente, dizendo mesmo que não entendia a atitude da Câmara Municipal, uma vez que teria sido bem clara ao recusar o convite, por ter outros compromissos assumidos. Ou seja, esta é uma prática que transita do passado e deixa transparecer que na Câmara Municipal, em questão de programação de eventos, a coisa continua a ser feita como contas de merceiro.

Relativamente ao corte das árvores, o que estamos aqui a tratar é o procedimento, não é o valor que as árvores tinham ou deixavam de ter, até porque isso é o senhor que o diz e nós não temos nada que o comprove. A legalidade, ou a falta dela, que envolve o processo, essa é que é a questão. Sendo aquelas árvores um bem público, o que deveria ser feito era ter sido lançado um concurso público, para que fossem apresentadas propostas para o abate das árvores. A melhor proposta seria a escolhida e, caso não surgissem propostas, aí sim, a Câmara Municipal passaria a ter autonomia para adjudicar o serviço.

É importante que se perceba o seguinte: a nossa preocupação é a forma como a Câmara Municipal age. Não está em causa a empresa que prestou o serviço. No fundo esta foi arrastada para um problema que foi criado pelo Sr. Presidente. O que o Sr. fez é pouco claro. Termina já Sr. Presidente. O que o Sr. Presidente fez é pouco claro. Não sabemos se por desconhecimento, ou não, e aqui queremos acreditar que sim, para que não tornemos a situação ainda mais grave. Eu acredito que o Sr. Presidente tomou esta decisão por desconhecimento. É certo que é mais uma vez, revela alguma impreparação, mas pelo menos iliba-o da má intenção. Muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“ Eu penso que respondi às duas situações e aquilo que referi, volto a referir. Eu gosto da minha terra, faço tudo pela minha terra. Gosto daquilo que estou a fazer. Sinto-me bem no meio dia a dia e vou desempenhar as minhas funções, porque durmo muito bem, acordo de manhã a pensar no trabalho e por isso mesmo posso-vos dizer que vou fazer tudo por tudo para que a Póvoa de Lanhoso, nestes quatro anos e naqueles que virão após, seja uma referência a nível do Concelho e a nível do nosso Portugal.

Em relação ao corte de árvores, como as árvores não tinham valor não tinham direito a procedimento. É só isso que tenho para lhe dizer, para acrescentar. Em relação ao cortejo, acho que tem deputados aqui dentro que são da área socialista e que sabem bem aquilo que foi a reunião, o que foi falado na reunião.

A reunião foi simplesmente, como lhe disse há minutos, para ver se os Presidentes da Junta ou as Associações precisavam de mais alguma coisa em termos de organização. Até que o primeiro tema não foi este posto em cima da mesa, foi outro tema. E eles sabem perfeitamente disso. Quem esteve presente, sabe perfeitamente disso. Sabe perfeitamente que eu, quando falei em relação a se precisavam de apoio para algumas situações, houve um deputado do PS que pôs logo um entrave à realização. Eu não vou falar nele porque ele não está cá presente hoje. Foi o primeiro deputado. Foi um deputado do PS a dizer que não tinha condições para realizar o cortejo. E a partir daí, outros Presidentes de Junta, que estão aqui presentes também e que podem, se quiserem e se realmente puderem fazer isso, vir aqui e dizer o que é que se passou nessa reunião. Nessa reunião, a partir desse Presidente de Junta ter referido que não tinha condições, outros Presidentes de Junta vieram pelo mesmo caminho. E posso-vos dizer que houve uma votação e que 14 que votaram contra e 4 que votaram a favor. Perante uma situação destas, não me diga que é impreparação, porque estou preparado para tudo e para muito mais do que aquilo que o Senhor pensa. Eu estou preparado para liderar este Concelho durante muitos anos. Com toda a frontalidade, posso-lhe dizer que tenho capacidade para isso. E vou surpreendê-lo, como estou a surpreendê-los até agora. Porque durante estes 6 meses fiz coisas que vocês nem pensavam que eu ia fazer. Obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado do MAI, José Eduardo Vieira e, no uso da palavra, referiu:

“Eu queria falar e, sendo assim, muito resumidamente, em relação às obras no Concelho: aquelas que se vão fazendo ou que estão previstas e aquelas que infelizmente não se fazem.

Começava por questionar se este executivo tem um plano de manutenção dos equipamentos públicos? Gostava mesmo muito que o Sr. Presidente da Câmara me respondesse a esta questão.

Como sabe, temos vindo a ver e a assistir à degradação geral dos equipamentos públicos e nós perguntamos o que é que faz falta? Se é dinheiro, se é falta de tempo ou se é mesmo falta de vontade. É que os equipamentos não têm revisão, como deveria acontecer. Para além disso, também gostaria de saber para quando pensam requalificar as casas de banho públicas junto ao Castelo, que para além de serem a única infraestrutura pública de apoio do género existindo no local, pelos vistos ainda dependem dos arrendatários que exploram a esplanada? Acho que nos devemos orgulhar do aumento de visitas ao Castelo, mas é preciso dar as condições mínimas aos visitantes e turistas. É que, meus caros, não basta investir em tudo de raiz. É necessário valorizar e respeitar a obra já existente e que deve ser requalificada. Tinha muito mais para perguntar, mas como não tenho tempo, fico-me por aqui e aguardo, então, que o Sr. Presidente da Câmara responda às minhas perguntas. Muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Em relação à manutenção dos equipamentos, estamos a tratar de fazer esse tipo de avaliação e de certeza que em breve vamos ter notícias sobre isso. Essa manutenção era feita geralmente pelos nossos funcionários, mas há equipamentos que não temos funcionários com capacidade para a realizar, por isso mesmo vamos tentar fora de portas e já temos alguns contactos para que realmente essas manutenções sejam contratualizadas.

Em relação às casas de banho do Castelo, elas estão sob a alçada da Confraria do Pilar. Obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu poderia voltar a falar sobre a questão do cortejo, porque efetivamente, uma das surpresas que o Sr. Presidente de Câmara implementou é que, mesmo após eu ter feito duas vezes a pergunta, o Sr. conseguiu não perceber à segunda. Não está em causa se o cortejo foi bem anulado, se foi mal anulado, até nós poderíamos todos chegar à conclusão que efetivamente tinha que se cancelar, não é isso que está em causa, é o resto que eu perguntei antes, mas vou passar ao esclarecimento que tem a ver com a resposta dada ao índice, ao assunto do índice de transparência. E é curiosa a resposta do executivo relativamente a este assunto. É no mínimo estranho que a justificação para o resultado desastroso seja tão simplesmente a remodelação do site do Município e a impossibilidade de lá colocar informação. É também interessante perceber como agora desvalorizam o índice de transparência. Eu não faço ideia há quanto tempo o site está em remodelação; suponho que seja recente, mas a verdade é que os resultados desde 2013, como o meu colega aqui anunciou, são desastrosos. O site está a ser remodelado assim há tanto tempo? Não me parece.

O Município da Póvoa de Lanhoso ocupa sempre lugares desprestigiantes neste ranking que revela o índice de transparência da Autarquia. Depois há aqui outra curiosidade engraçada. É muito interessante recuar ao ano 2013 e recordar o que os senhores diziam sobre o índice de transparência. Não devem estar recordados. É uma questão de pegar nas atas e reler aquilo que os senhores diziam. Desde logo utilizavam este mesmo ranking para enganar os povoenses, pois na altura a Póvoa de Lanhoso, apesar de ocupar a posição 181 do ranking, os senhores colocavam o seguinte na atividade do Município: lembrar ainda que o nosso município encontra-se em primeiro lugar no índice de transparência municipal, no que se refere à contratação pública.

Na verdade, a Câmara ocupava o primeiro lugar, apenas e só num dos 76 critérios analisados para a construção de ranking. Pior do que isso é que na altura, e com base nesta meia verdade, o então líder do GP do PSD fez uma intervenção onde, se bem se lembram, dizia mais ou menos isto: é com enorme regozijo que constatamos que a Câmara Municipal ocupa a primeira posição do ranking que revela o índice de transparência dos municípios.

Então meus Senhores em que é que ficamos? Num ano deturpam a informação para se autopromoverem perante os povoenses, através do mesmo mecanismo que agora tentam desvalorizar? Afinal, que importância devemos dar a este ranking? Melhor, que importância lhe atribuem os Senhores? Na verdade, este seria também um bom critério para a construção deste ranking. Estes joguinhos de comunicação dizem muito sobre o nível de transparência do nosso Município. Muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu não queria pedir um esclarecimento, mas queria dar um esclarecimento ao Sr. deputado Filipe Silva, porque, por aquilo que eu aqui ouvi, ninguém menosprezou nada, ninguém menosprezou o índice de transparência nesta Assembleia. Pelo contrário, foi constatada a dificuldade, foi referido porque é que ela surgiu e foram dados passos para a ultrapassar. Agora eu acharia muito bem se, no futuro, se no próximo ano continuarmos no mesmo lugar eu cá estarei para lhe dizer, para subscrever consigo e dizer que não foi feito nada. No entanto foi feito, foi admitido pelo Sr. Presidente da Câmara, alterou-se os procedimentos, foi analisada essa situação, não vejo qual é o problema. Se isso para vocês é um problema eu também vou ver, vou procurar ver aquilo que vocês disseram quando o PSD, na altura em 2013, referiu e se regozijou com o primeiro lugar. Até estou curioso para ver qual foi a reação do PS na altura. Vou fazer por isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado do MAI, António Ramalho, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Dado que é a primeira vez que uso da palavra nesta Assembleia Municipal, não posso deixar passar a oportunidade de a todos saudar e a todos desejar um bom mandato, em prol naturalmente da Póvoa de Lanhoso.

Posto isto, senhor Presidente da Câmara, naturalmente, eu dou-lhe os parabéns, que eu sou uma das pessoas que estão surpreendidas pelo seu desempenho, mas estou surpreendido negativamente. E desde já também estou surpreendido, digamos, com o seu autoelogio. Eu sei que V.Ex.^a é uma pessoa sapiente. É-o com certeza, eu reconheço humildemente, mas que seja o senhor próprio a evocar essa qualidade, acho que não lhe fica bem, senhor Presidente, não lhe fica bem, acredite.

Em termos da questão que eu gostava de ver esclarecida, o meu colega de bancada falou de alguns equipamentos sociais. Eu gostaria de saber, alguns equipamentos nomeadamente, equipamentos de caráter infantil, não deixam de ser equipamentos sociais, são equipamentos que se utilizam em sociedade. Não deixam de o ser, nomeadamente, o Parque Infantil da Rua 25 de Abril, ali o Parque Infantil junto à Pastelaria Tozé, por exemplo.

E gostaria de saber outra coisa, por exemplo, se está previsto como se fala para aí, um Parque para Caravanas ali no Parque do Pontido? É que se está previsto um Parque de Caravanas numa zona nobre da Vila, então nessa altura, acho que, nessa altura é melhor trazê-lo para a Praça Eng.^o Armando Rodrigues, muito sinceramente.

Também me dizem, e gostaria que o senhor Presidente me esclarecesse essa questão, que as obras que vão ser efetuadas na Praça Eng.º Armando Rodrigues comportam um anel de automóveis a toda a volta. Nessa altura, seria de facto interessante por as caravanas no meio e era a cereja em cima do bolo. Dizem-me que está previsto para lá um púlpito, um coreto ou um palco, mais propriamente dito. Acho estranho, acho estranho sinceramente, mas, admito, admito que sim, porque sabe, senhor Presidente, eu ainda estes dias, um amigo meu discutia comigo e dizia assim: esta Câmara o que tem jeito é para, enfim, para eventos. Dizia-me outro: não, para eventos não. Eles tem jeito é para ser cicerones nos passeios e mais não sei o quê.

E eu, sinceramente, não estou de acordo, nem com um nem com outro. Acho que V. Exas. só, efetivamente, têm jeito, têm vocação para festeiros, para festeiros. Festas em permanência. É passeios ao Douro, é idas à Madeira, era os popós, era toda essa situação. Portanto, gostaria que me esclarecessem essa situação. O que é que está previsto em concreto ali para a zona do Pontido, onde dizem que vai ter um Parque de Caravanas? E gostaria que me esclarecessem se efetivamente está previsto a construção de um palco aqui na Praça Eng.º Armando Rodrigues? Eu compreendo que isso é uma necessidade vossa. Já termino senhor Presidente. Eu compreendo que isso é uma necessidade vossa, na medida em que a vossa vocação é festas, festas e mais festas. Mas não creio que isso seja uma necessidade da Póvoa de Lanhoso. E por isso eu gostaria que me esclarecesse acerca deste pormenor. Muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, e, no uso da palavra, referiu: *“Senhor deputado, senhor António Ramalho, eu agradeço o elogio e vou-lhe retribuir esse elogio. Mas vou convidá-lo a ir à Câmara Municipal e eu tenho todo o gosto em mostrar todos os projetos que vão ser inseridos na nossa Vila. Com todos os pormenores, eu vou-lhe explicar o que é que vai ser feito na Póvoa de Lanhoso. É só marcar uma reunião, da vossa parte, e eu tenho todo o gosto em recebê-los e dizer tudo o que realmente se vai transformar, como é que se vai transformar a Póvoa de Lanhoso. Obrigado a todos.”*

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque deu por terminado o período antes da ordem do dia. Deu início ao período de intervenção dos Presidentes de Junta. Concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Lanhoso, António Machado.

Interveio o Presidente da Junta de Lanhoso, António Machado, cumprimentou os presente e, no uso da palavra, referiu:

“Tomei a liberdade de aproveitar esta oportunidade para expor um assunto que com certeza a todas as Juntas de Freguesia diz respeito.

Estou a referir-me ao mau comportamento que a Direção Geral das Autarquias Locais está a ter com o corte das verbas a remeter às Juntas de Freguesia, sobretudo àquela que represento que é a Freguesia de Lanhoso.

Passo a explicar:

No mês de Janeiro do corrente ano a Junta recebeu 6.118,00€, no trimestre seguinte, no mês corrente recebeu apenas 5.262,28€. Nota-se um corte de 855,72€.

Minhas Senhoras e meus senhores, este comportamento da Direção Geral das Autarquias Locais, para mim e com certeza para todos os colegas Presidentes de Junta é intolerável. Porquê:

1.º As verbas inicialmente previstas fazem parte do nosso plano e orçamento apresentado e aprovado em Assembleia de Freguesia;

2.º Com esse corte, não podemos cumprir com as propostas então apresentadas;

3.º Uma vez que a Direção Geral das Autarquias não nos fornece nenhum documento a provar o respetivo corte, como é que as Juntas de Freguesia, vão provar a falta dessas verbas no Relatório Oficial de Contas, no fim do ano, a enviar ao Tribunal de Contas? De quem será a culpa? De certeza que das Juntas não é.

4.º Por outro lado, vemos e ouvimos na comunicação social, os nossos governantes a divulgar que vão dar mais tarefas e competências às autarquias locais, muito especialmente às Juntas de Freguesia, sobretudo às que estão localizadas nas zonas rurais, como é o caso das nossas, mas não anunciam os cortes que estão a fazer, porque isso não lhes convém.

Perante esta situação, a minha Junta de Freguesia solicitou um pedido de esclarecimento à Direção Geral das Autarquias Locais e desse pedido de esclarecimento foi dado conhecimento à Associação Nacional de Freguesias, para que esta possa tomar, se assim o entender, alguma posição.

Se nos próximos trimestres a situação se mantiver, lanço aqui um repto a todos os colegas Presidentes de Junta para tomarmos, em conjunto, uma posição com a finalidade de reverter a situação, da qual estamos a ser vítimas, porque já diz o conto popular, com papas e bolos, se enganam os tolos, mas nós tolos não somos. Somos sim uns carolas que tudo fazemos para que a nossa terra tenha o desenvolvimento que merece.

Tenho dito.

Muito obrigado.”

Foi entregue na Mesa da Assembleia Municipal um ofício (Ref.ª 07/18) enviado pela Junta de Freguesia de Lanhoso para a Direção Geral das Autarquias Locais, com conhecimento à Associação Nacional de Freguesias.

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque concedeu a palavra ao Presidente da União de Freguesias de Campo e Louredo, Fernando Carlos Ribeiro.

Interveio o Presidente da União de Freguesias de Campo e Louredo, Fernando Carlos Ribeiro, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Presidente da Câmara permita-me que, neste período de intervenção dos Presidentes de Junta lhe demonstre, mais uma vez, a problemática do Cemitério de Campo. Isto é um problema gravíssimo, o senhor teve o cuidado de se deslocar lá comigo aquando do convívio dos veteranos da guerra do ultramar. É verdade que encetou esforços junto dos serviços, para que o processo desse o andamento que deveria ter.

No entanto, eu queria mais uma vez aproveitar esta oportunidade e registar este momento, porque estamos prestes a ter um problema de saúde pública.

Neste momento o Cemitério de Campo tem lugar para 4 sepulturas. Eu pedia ao senhor Presidente de Câmara, para que desse urgência a esta situação. Se for possível e se acharem por bem, junto ao processo de expropriação, poder fazer um processo paralelo de posse administrativa, a população de Campo ficar-lhe-ia grata.

Aproveito também às bancadas aqui presentes, porque, fiscalizar não é só aqui, fiscalizar a atividade do município é também fiscalizar no terreno. E eu convidava todas as bancadas aqui presentes, se se quiserem deslocar a Campo e ver o ponto de situação em que se encontra o Cemitério, porque, este é um processo que já começou desde 2016 no período de presidência de Manuel Baptista, e, vamos quase com 2 anos e agora só o senhor Presidente, verdade seja dito, é que tomou a iniciativa de dar andamento ao processo.

Portanto eu convidava as bancadas, mais uma vez, a fiscalizar esta situação e convidava-vos a ir ao local para realmente constatarem o que está a passar. Disse, senhor Presidente. Muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Presidente de Junta de Campo, obrigado pela intervenção. Mas estivemos juntos há poucos dias numas comemorações em que, realmente, eu disponibilizei-me para colaborar com a Junta de Freguesia. Foi isso que logo nos dias seguintes transmiti aos serviços, para realmente promover uma reunião com o senhor Presidente, e, isso penso que foi, essa reunião deu alguns efeitos.

Se porventura vir que há outros meios, mais céleres, de resolver o problema, eu gostaria que mo transmitisse, porque, por aquilo que me disseram, o mais viável foi aquilo que eu lhe comuniquei e aquilo de que estamos a tratar. Mas se vir realmente que há outra fórmula mais simples de resolver este assunto, que o assunto tanto é seu como é da Câmara Municipal e estamos os dois envolvidos numa situação, só que eu não posso nem o senhor Presidente da Junta, tomar conta de um terreno que nem é da Câmara nem é da Junta, tem dono. Por isso tem que ser feito nos trâmites legais, para que realmente tomemos conta daquele terreno. Já o estamos a fazer. Sei que demora tempo mas se vir que, realmente, como frisei há pouco, há outra forma de lá chegar, eu estou aqui para tentar ajudá-lo. Obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, passou ao período da ordem do dia. **Ponto Um: Proposta do Movimento Alternativa Independente (MAI) para criação de uma comissão no âmbito da Assembleia Municipal, com representação de todas as forças políticas, para acompanhamento da execução do respetivo plano de atividades e orçamento, de modo a contribuir para uma melhor, mais participada e mais transparente gestão municipal.** E concedeu a palavra à deputada do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Hoje, uma especial saudação pelos valores de abril.*

Muito bem, somos chamados, agora, a deliberar a proposta do grupo parlamentar MAI, precisamente quanto à criação de uma comissão no âmbito desta Assembleia Municipal, com representação de todas as forças políticas, e para quê? Para acompanhamento, avaliação e fiscalização da atividade e desempenho do executivo municipal. Isto por forma a contribuir para uma melhor, mais participada e mais transparente gestão municipal.

Muito embora se vislumbre o propósito, não se alcança qual o fundamento subjacente à criação de uma comissão nos moldes que vêm a ser propostos pelo grupo parlamentar municipal MAI. Impõe-se dizer que o grupo parlamentar municipal do PSD não perfilha os fundamentos de tal comissão defendidos pelo MAI. Bem pelo contrário, repudiamos veementemente, porquanto esta digníssima Assembleia Municipal, que acima de tudo, foi eleita democraticamente pelos povoenses, merece-nos total confiança, credibilidade e apreço.

O grupo parlamentar municipal do PSD não compartilha o entendimento de que esta digníssima Assembleia Municipal, pelos ilustres membros que a compõem, não possua, e passo a citar: “disponibilidade, conhecimento e domínio técnico das matérias a discussão em cada momento”. Depositamos total confiança nos nossos deputados, e bem assim, nos excelentíssimos senhores deputados do grupo parlamentar municipal do PS, para o aludido acompanhamento e controlo político sobre toda e qualquer matéria

mormente, e cito novamente a proposta do MAI, “documentos de gestão, apresentados pelo executivo para a sua apreciação e aprovação”. É óbvio, é consabido, que a Assembleia Municipal e os senhores deputados dispõem de toda a informação necessária e relevante, em qualquer momento, para esse acompanhar da execução do plano e atividades do orçamento.

De facto assim é, desde logo, também, por imperativo legal. Atende-se pelos artigos 1º, 2º, nº 2; o 4º e o 6º, do regimento da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso. Trata-se na verdade de um poder/dever que incumbe a cada um de nós, a cada membro desta Assembleia Municipal, ou seja, o de acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. E da mesma forma, o executivo municipal, conta já com o contributo e também o contributo crítico dos senhores deputados que compõem este digníssimo plenário. Caso assim não fosse, porventura, e com o devido respeito, necessariamente cada um de nós teria que se colocar a questão: afinal o que fazemos aqui?

Por tudo o que fica dito replicamos, o grupo parlamentar municipal do PSD não compactua nem compactuará, jamais, com esta ou qualquer outra tentativa de esvaziamento das competências desta digníssima Assembleia Municipal. Porque, na verdade, é o que se nos afigura que, de forma encapotada, se pretende ao propor a criação de uma comissão desta natureza.

Muito obrigada pela vossa atenção.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu: *“Relativamente a este ponto, o Partido Socialista, depois de muito debater esta questão, quer em conferência de líderes quer no seio do nosso grupo, encontra sempre a mesma dúvida. Apesar de entendermos perfeitamente a intenção, de um acompanhamento mais próximo de toda a ação do executivo municipal, na verdade é que ainda não conseguimos entender de que forma é que isto se poderia processar, qual seria o raio de ação desta comissão, e em que moldes atuaria uma comissão deste género. Para além de não conseguirmos vislumbrar o que é que uma comissão deste género poderia fazer para além daquilo que são as competências de um grupo parlamentar ou um deputado municipal ou dos vereadores da oposição.*

Para nós esta é a grande questão, estamos bastante reticentes relativamente à viabilidade do funcionamento de uma comissão deste género. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado António Ramalho, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu: *“Veio aqui a Sr.ª deputada do PSD referir que não está de acordo com os fundamentos invocados para a constituição desta comissão; senhora deputada se o problema está nos fundamentos, alteram-se os fundamentos, não há problema. Mas constitua-se a comissão, porque este é que é o cerne do problema, é constituir ou não constituir esta comissão; os fundamentos podem ser mais estes ou mais aqueles, mas esse não é o cerne da questão, a comissão é que é o aspeto importante, e a comissão não esvazia as funções da assembleia municipal; se esta comissão esvaziasse as funções da assembleia municipal eu iria perguntar, e as outras comissões não esvaziam, também? Então, mesmo as outras comissões, não haveria qualquer razão substancial para as constituir, porque supostamente todas as comissões esvaziam as funções da assembleia municipal. Não é esse o ponto senhora deputada; o ponto é que não querem que esta comissão controle a parte financeira, que é a parte que vos dói, esse é que é o problema, não é o problema de ser mais uma comissão, é que esta seria “A Comissão”. Mas porque aqui o que nós pretendemos é aquilo que hoje, digamos, é comumente aceite nos países desenvolvidos, o que se pretende é uma administração financeira e económica colaborativa, aberta aos cidadãos, com a sua participação. Isso resulta de duas diretivas da União Europeia, que se quiser posso-lhe citar aqui, resulta da Lei da transparência, Lei 26/2016, resulta do tratado de funcionamento da União Europeia, artigos 41 e 42, resulta do CPA, artigos 6, 7, 8, 9, 10, 17, 82, 83, 84, 85, 86, 97, 98, 99, 100, 101, 102, e por aí em diante, a questão é essa, aliás, o princípio da transparência, é algo que vem desde meados do século XIX, começou na Noruega e tem vindo por aí a baixo. Os senhores estão preocupados é que lhes controlem o dinheirinho; calma, nós não queremos controlar o dinheirinho a ninguém, nós queremos participar numa administração aberta ao cidadãos, uma administração que seja efetivamente uma administração do século XXI e uma administração sem preconceitos e sem “esqueletos no armário”, é essa a nossa pretensão. E os senhores não estão abertos a essa pretensão e veem aqui invocar fundamentos que não têm qualquer lógica. Obrigado.”*

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, lembrou que, como não era um ponto de interpelação direta à Câmara Municipal, não lhe era concedida a palavra neste ponto. E concedeu a palavra ao deputado do PSD Luís Amaro da Costa

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa, cumprimentou todos os presentes e usou da palavra para referir: *“Faz parte dos direitos de cada membro desta Assembleia Municipal consultar, analisar, ver, todos os processos que estão na Câmara Municipal e, se quiser fiscalizar, também o pode fazer, não é preciso para isso uma comissão, e como já foi referido, e entendemos que não tem nada a ver com as outras comissões setoriais, que se referem a um ponto específico da atividade do município, esta não, esta é*

abrangente, abrange uma serie de atividades, abrange todo um plano e relatório de contas de gerência, que eu acho que não faz sentido nenhum, para isso temos o Tribunal de Contas, temos uma serie de organismos que fiscalizam todos os anos a atividade do município e temos também os deputados municipais que, se quiserem, o podem fazer. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal reprovou, por maioria, com 24 votos contra, 15 votos de abstenção e 3 votos a favor a proposta do Movimento Alternativa Independente (MAI) para criação de uma comissão no âmbito da Assembleia Municipal, com representação de todas as forças políticas, para acompanhamento da execução do respetivo plano de atividades e orçamento, de modo a contribuir para uma melhor, mais participada e mais transparente gestão municipal.

Depois, o Presidente da Mesa passou, de imediato, ao ponto dois da ordem do dia.

Ponto Dois: Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação deste ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou todos os presentes e referiu que: *“Este período em que analisamos a atividade da Câmara, corresponde a um trimestre muito positivo, onde a dinâmica da autarquia se sentiu em várias áreas. Confesso que gostava de apresentar, em todas as Assembleias, uma atividade igual à que temos tido nos últimos meses.*

Os projetos que resultam das candidaturas aos fundos comunitários estão na sua fase de implementação, após os necessários procedimentos administrativos. Estes projetos representam uma fatia grande do orçamento para o ano de 2018, e estão a transformar positivamente a Vila e o nosso concelho.

Dou como exemplo a obra do alargamento de rede de água e saneamento que, neste momento, tem cinco frentes abertas em fárias freguesias. Posso, ainda, referir as obras de requalificação da Praça Eng.º Armando Rodrigues, a fase final da ampliação do parque do Pontido, ou as obras nas ruas envolventes aos Paços do Concelho. Mas podia, também, referir a conclusão do procedimento do concurso publico para a obra de requalificação da Escola Professor Gonçalo Sampaio. São obras de investimentos muito necessários para o melhoramento do espaço público, para requalificar os nossos principais equipamentos municipais e, acima de tudo, são obras que pretendem melhorar a vida de todos os povoenses.

Mas, neste trimestre, não realizamos apenas obras; as dinâmicas dos vários pelouros são bem evidentes. O concurso nacional de teatro; a feira do livro; a adesão à rede dos municípios saudáveis; a realização do seminário nacional, onde foi apresentada a estratégia para a igualdade e não discriminação, com a presença de um membro do Governo; o início da formação profissional no âmbito das parcerias que fizemos com o IEPF, a PROZIS e a Valerius, que permitirá formar jovens para trabalharem nessas empresas; as comemorações das festas do concelho, que apesar do tempo instável, tiveram uma avaliação muito positiva; as muitas ações de sensibilização no âmbito da prevenção dos incêndios; enfim, o relatório é do vosso conhecimento, e apenas queria destacar que a autarquia está com atividades muito positivas, cumprindo o seu plano de atividades.

Uma nota final para a dívida: se compararmos, a dívida desceu 190 mil euros relativamente ao período anterior. A dívida orçamental é hoje de 5.508.786, abaixo daquelas que tivemos no final do ano; estes valores espelham uma preocupação permanente em ter as contas equilibradas, fazendo investimentos com responsabilidade e dentro dos limites legais; é este o caminho que continuaremos a percorrer. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e usou da palavra para referir: *Neste ponto que agora analisamos, encontra-se explanado aquilo que, para o executivo camarário, foram, do seu ponto de vista, as áreas prioritárias de intervenção, as medidas políticas adotadas e o modelo de relacionamento entre o município, os cidadãos e as instituições. Ou seja, iniciativas de caráter corrente do município no âmbito das suas competências e atribuições. Assim, o partido socialista considera-se inteirado da informação prestada.”*

Contudo levantou algumas questões relativamente à educação; referiu as equipas de apoio ao combate ao insucesso escolar, questionando a Sr.^a vereadora se os diferentes projetos apresentados são complementares ou são diferentes, e qual o real estado da educação e do aproveitamento escolar dos alunos do nosso concelho.

Relativamente à juventude, questionou o Sr. vereador sobre a falta de referência da realização da 1ª reunião do conselho municipal de juventude, realizado a 03 de abril.

No tocante ao turismo, questionou o Presidente da Câmara sobre o tão aguardado projeto que se encontra a aguardar aprovação à candidatura aos fundos comunitários, e referiu que a não realização do cortejo etnográfico no âmbito das festividades do concelho não abonava, em nada, a favor do Presidente da Câmara.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado José Eduardo Vieira, cumprimentou todos os presentes, enalteceu, novamente, a atitude da Câmara Municipal, na pessoa do Presidente da Câmara, por fazer a apresentação dos pontos, e referiu: *“Relativamente ao ponto em questão, e concretamente à atividade do município, o MAI tem as seguintes considerações a fazer:*

No que toca à educação, não se percebe porque é que a Câmara Municipal vem anunciar esta empreitada como uma excelente notícia, quando há muito se sabe que esta obra iria avançar, foi anunciada pelo anterior Presidente, como bem se recordam. Relativamente ao “Team for school” é de enaltecer que este executivo esteja empenhado e preocupado com o combate ao abandono escolar.

Depois, falando acerca do desenvolvimento económico e turismo, quando se fala aqui no centro de interpretação do Carvalho de Calvos, e como já anteriormente tinha falado aqui várias vezes em relação a este assunto, gostaria de saber em que ponto é que está a requalificação do espaço e das respetivas infraestruturas do parque do Carvalho de Calvos.

Relativamente à dinamização cultural, quando se vê, e bem, que há uma exposição na Torre de Menagem do Castelo nos dias 14 e 15 de abril, eu pergunto, porque é que esta exposição, sendo tão interessante e intitulada “Póvoa a preto e branco”, só se faz em dois dias e não numa exposição itinerante.

Relativamente à juventude e ao desporto, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, em que ponto estão as obras que foram prometidas pelo anterior executivo, relativamente aos campos de ténis e as obras nas piscinas cobertas do nosso concelho; para quando estão previstas estas mesmas obras?

Relativamente ao desenvolvimento sustentável e eficiência energética, tenho que falar obviamente das obras dos passeios e das vias da nossa vila. Como todos sabem, fomos confrontados com o recurso ao betuminoso nos passeios pedonais, portanto um regresso à era do betuminoso, quando poderiam ter optado por materiais mais nobres e de produção no nosso concelho; estou a falar, concretamente, na extração de granito, em que nós temos muito a dar a conhecer, até mesmo ao turismo, em relação ao que bem se faz e se produz no nosso concelho. Até porque no Verão, como devem calcular, com esta solução do betuminoso e com o arranque das árvores, nós vamos ter os passeios num autêntico forno, não sei se já pensaram um bocadinho nisto.

Relativamente à requalificação da Praça Eng.º Armando Rodrigues, gostaria de saber se também vão cortar algumas das árvores que lá existem; isto porque, por aquilo que me parece, este executivo não dá grande importância ao valor das árvores no nosso concelho. Muito Obrigado.”

Depois, o presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e referiu que: *“Relativamente a este ponto, a atividade do município, desde a última assembleia até esta, cerca de dois meses, e face à apresentação detalhada do Sr. Presidente da Câmara, eu é com positivismo que vejo a panóplia de atividades nas diversas áreas, educação; ação social; cultura; mas irei destacar, de facto, uma que melhorou bastante, que é a comunicação, e não é por acaso que o Miguel reparou que a comunicação está a melhorar, tendo referido aqui um dos aspetos que melhorou, que foi a página do facebook do Sr. Presidente.*

A cultura também tem destaque porque, apesar do mau tempo ter afetado as festas de S. José, faço um balanço muito positivo. Já se falou aqui do cortejo etnográfico, e é de facto de repudiar que se faça aproveitamento político, depois de termos uma reunião que não foi para reavaliar a data mas sim para perguntar a todos os presidentes de junta e associações, se tinham alguma carência ou se precisavam de alguma coisa para o cortejo, e foi precisamente um presidente de junta do PS que levantou a questão de se cancelar o cortejo. Eu só fiz este reparo porque esta questão foi levantada aqui pela bancada parlamentar do PS, para tentar fazer aproveitamento político.

Também é de salientar o atendimento descentralizado praticado pelo Sr. Presidente da Câmara, e as obras que estão a decorrer no centro da vila, tornando a vila mais moderna, mais acessível, principalmente nas vias pedonais.

Em relação à dívida municipal, como o Sr. Presidente referiu, está a diminuir, o pagamento a fornecedores está fixado nos 4 dias, o que é muito bom, e a 31 de março tínhamos zero euros em dívida.

Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal para poder responder.

Interveio a vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Eu gostava de responder ao Miguel, mas não entendi o alcance da sua questão, mas vou tentar.*

A equipa multidisciplinar designou-se no concelho por “Team for School”, foi o nome dado à equipa disciplinar, portanto, não são complementares, são a mesma coisa; foi dado o nome à equipa multidisciplinar de “Team for School”. As equipas multidisciplinares vão ser implementadas em quase todos os concelhos da CIM do Ave, como medida de combate ao insucesso escolar, sendo que a Póvoa de Lanhoso é a única que já está no terreno. E, naturalmente, tem metas a atingir, e o seu plano de atuação é definido pela Câmara, em articulação com os agrupamentos de escola.”

Depois, interveio o vereador, André Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e disse: *“Respondendo ao deputado José Eduardo, de facto no Carvalho de Calvos há pouco tempo foi feita a conservação do parque infantil, incluindo a manutenção do mesmo, e encontra-se em vigor até, creio, ao final do mês de junho, mas neste momento temos o plano de manutenção ativo. Tivemos uma série de problemas de vandalismo, no edifício de madeira, mas estamos constantemente a melhora-lo, já temos camaras de vigilância, também, e já foram feitas várias queixas à GNR, por forma a que vigiem o local de forma mais contínua.*

Quanto aos campos de ténis, foi feita uma primeira intervenção no passado verão; essa primeira intervenção funcionou como um teste para verificar se a solução adotada resultava; de facto resultou e, no próximo mês de maio, caso as condições climatéricas o permitam, vamos fazer o mesmo no outro campo, por forma a que fiquem ambos com melhor aspeto e mais funcionais. Obrigado.”

Por fim, ainda pela Câmara Municipal, interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Meu caro amigo Eduardo Vieira, eu convidava-o, como convidei o seu colega, a visitar a Câmara Municipal e ver todos os projetos, que são muitos, e podíamos analisar, juntos, estas situações. Se realmente quisesse marcar uma hora eu estaria disponível para ir consigo aos departamentos para, com todo o gosto, lhe mostrar e lhe explicar todos os projetos que envolvem a reabilitação urbana. Muito obrigado.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Miguel Pereira e lembrou o tempo que lhe restava para a sua intervenção.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Em junho último, a Assembleia Municipal cessante, por proposta dos senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade a integração da nossa Assembleia Municipal na Associação Nacional das Assembleias Municipais; como bem sabemos é a assembleia municipal que compete deliberar questões da maior responsabilidade e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, que perante ela responde pelos seus atos. Foi a pensar numa maior dignificação deste órgão que os nossos colegas, na altura, decidiram que devíamos integrar este novo órgão associativo. Assim, e já passado praticamente um ano, sem que nos tenha chegado alguma informação, Sr. Presidente, aproveito para questionar quem é que nos representa neste novo órgão? Já participamos em alguma reunião? Se sim, que mais-valias vê nesta nossa integração?
Muito Obrigado.”*

Seguidamente, como estas questões foram dirigidas ao Presidente da Assembleia, o mesmo referiu que faria chegar a resposta às questões colocadas e passou ao período de pedidos de esclarecimentos, deste ponto, lembrando os tempos e concedeu a palavra ao deputado do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado José Eduardo Vieira, cumprimentou novamente todos os presentes e começou por agradecer o convite que o Presidente da Câmara lhe dirigiu, para visitar a Câmara e ver os projetos, mas referiu que a Assembleia Municipal é o órgão competente e o local apropriado para serem esclarecidas as dúvidas dos deputados e para que também o público presente possa ficar esclarecido, caso partilhem das mesmas dúvidas dos deputados.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e usou da palavra, apenas para esclarecer que, na questão do cancelamento do cortejo etnográfico, a bancada parlamentar não questionava se o cancelamento foi ou não a melhor solução, mas sim o modo de atuação da Câmara Municipal, em anunciar e divulgar por todo o concelho as atividades e depois cancelar as mesmas. E referiu que, mais à frente, naquela assembleia, iria esclarecer o que é aproveitamento político.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do grupo parlamentar do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado António Ramalho, cumprimentou novamente todos os presentes e questionou o Presidente da Câmara, relativamente às responsabilidades referentes aos centros educativos de Monsul, qual o ponto da situação.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal, para poder responder.

Interveio a vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e relativamente à questão do reputado do MAI referiu que o processo em causa está nos tribunais, sendo por isso imprevisível o seu desfecho, que a Câmara acredita que será favorável; mas, dada a impossibilidade de prever com certeza esse desfecho, e como é sabido o valor a pagar caso as coisas corram mal, esse valor está contabilizado no orçamento da Câmara Municipal. Salientou que seria muito grave se assim não fosse, e referiu, ainda, que a Câmara está a seguir todos os trâmites legais e acredita no

desfecho favorável deste caso em concreto, uma vez que a Câmara não teve culpa nenhuma.

Depois, o Presidente da Assembleia disse: *“Eu esclarecia a questão que foi colocada. Temos recebido vários pedidos de adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais; está em análise um problema jurídico; a decisão de adesão dependerá da solução desse problema jurídico que tem a ver, sobretudo, com o problema de a Assembleia não ser personalidade jurídica; logo que seja resolvido e esclarecido que podemos aderir, pois é uma associação relativamente recente, então teremos que escolher os representantes nessa associação.”*

E deu por terminado o ponto dois da ordem do dia.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente, o Presidente da Mesa passou ao ponto três da ordem do dia. **Ponto Três: Proposta da Câmara Municipal para autorização à celebração de contrato para execução de garantia bancária, inerente ao processo de empreitada para fecho de redes de abastecimento de água dos subsistemas da Agere /Ponte do Bico, Andorinhas e Rabagão e das redes de águas residuais dos subsistemas da Bacia do Ave e de Serzedelo, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para fazer a apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Trata-se apenas de uma garantia que é exigida pelo IP, porque no âmbito das obras do alargamento das redes de água e saneamento vamos intervir numa estrada nacional. Esta garantia é pedida e exigida pelo IP. Obrigado.”*

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado António Ramalho, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“A documentação que recebemos da Câmara apresenta-nos a proposta “Proposta da Câmara Municipal para autorização à celebração de contrato para execução de garantia bancária”. Percebe-se, desde logo, que não se trata de execução de uma garantia bancária, mas sim da constituição de uma garantia bancária. Por outro lado, diz na própria proposta que a proposta mais vantajosa apresentada pelas*

entidades bancárias foi a proposta apresentada pelo Banco Português de Investimento, S.A.

Sr. Presidente da Câmara, acho que uma pontinha de rigor ficava bem. Primeiro porque estamos aqui a falar da constituição de uma garantia bancária, não estamos a falar da execução de uma garantia bancária, são situações completamente distintas. Segundo, que eu saiba, posso estar errado, o Banco Português de Investimento não é um banco de retalho, o banco de retalho é o BPI, que são instituições diferentes, também neste particular, e o Sr. Presidente que até foi bancário, supostamente sabe ou devia saber isto. Não é que isto seja importante, mas é uma questão de rigor formal que fica sempre bem, quando uma proposta destas vem do órgão municipal. E portanto, era essa recomendação que eu deixava, em termos posteriores, para haver algum cuidado na redação destes documentos.

Quanto à garantia em si, o Sr. Presidente, os esclarecimentos que eu ia pedir, já os deu, que eu não sabia bem em que é que isto consistia, mas já me disse que se trata em mexer, digamos, em estruturas, nas estradas ou em vias pertencentes às Infraestruturas de Portugal (IP), e exigem naturalmente a constituição da garantia, quanto a isto não há qualquer problema.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“De facto, este ponto que nos traz aqui é fruto da candidatura que foi elaborada no anterior mandato, pelo Presidente da Câmara, na altura Manuel Baptista, para a execução deste concurso público referente a esta empreitada. Devemos aqui, também, saber reconhecer este trabalho, esta pro-atividade no momento certo do executivo anterior, para hoje podermos estar aqui a trazer à votação a execução de uma garantia bancária, que no fundo é uma norma legal que é, e bem, proposta pela Infraestruturas de Portugal; sempre que são realizadas intervenções nos arruamentos que são da responsabilidade deles, é exigida a garantia bancária.*

O município, e bem, consultou várias entidades e a que apresentou a proposta mais vantajosa será hoje aqui proposta à Assembleia Municipal a deliberação de aprovação. Naturalmente que a bancada parlamentar do Partido Social Democrata votará favoravelmente esta proposta.

Deixo aqui, também, uma consideração ao deputado António Ramalho: quando tiver também alguma dificuldade de avaliar ou de classificar aqui o executivo, dê seus colegas, os bons exemplo,s como este, que são feitos aqui na Póvoa de Lanhoso.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e usou da palavra apenas para afirmar que a bancada parlamentar entendia perfeitamente a necessidade da proposta apresentada e por isso votariam favoravelmente a mesma.

Seguidamente, o Presidente da Mesa verificou que a Câmara não pretendia intervir e colocou o ponto a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a proposta da Câmara Municipal para autorização à celebração de contrato para execução de garantia bancária, inerente ao processo de empreitada para fecho de redes de abastecimento de água dos subsistemas da Agere /Ponte do Bico, Andorinhas e Rabagão e das redes de águas residuais dos subsistemas da Bacia do Ave e de Serzedelo, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Depois, o Presidente da Assembleia informou que foi proposta a alteração da ordem dos pontos quatro e cinco, pelo que se estivessem de acordo passariam ao ponto cinco da ordem do dia e só depois ao ponto numero quatro. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2017, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto).** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Sendo este um documento essencialmente técnico e balizado pelas regras orçamentais e contabilísticas, tentarei partilhar com os senhores deputados os dados mais objetivos e com relevo político, desta prestação de contas.*

A nota principal e prévia, que devemos retirar deste documento, é que a autarquia está com boa saúde financeira, tendo cumprido todos os limites que são impostos pela lei das finanças locais. A Câmara Municipal termina mais um mandato com uma fortíssima capacidade de concretização daquilo que planeou, mantendo as suas contas equilibradas. Este é um dado que deve sossegar os senhores deputados e, acima de tudo, deve orgulhar os povoenses.

Basta ler o preambulo deste relatório, para que facilmente percebamos que uma maioria significativa das propostas que apresentamos, nos vários pelouros, foram realizadas. Este é um contributo forte para a credibilização dos agentes políticos, pois cumprimos o que assumimos com os eleitores.

Debruçando-me um pouco mais sobre os elementos financeiros, eu destacaria quatro indicadores da análise, para uma melhor compreensão. Primeiro indicador: se a prestação de contas representa uma avaliação ao orçamento aprovado então, um dos indicadores mais importantes é o da execução orçamental. Os mapas revelam que tivemos uma execução orçamental de receita de 94.7 pontos percentuais, e uma execução de despesa de 92.3 pontos percentuais. Deste indicador podemos retirar três conclusões: a Câmara superou significativamente a execução orçamental recomendada, que é de 85%; a Câmara executa mais receita que despesa, o que significa que libertou o saldo que vai transitar para o ano seguinte, o que é muito positivo; acresce que a receita corrente superou a despesa corrente e ainda libertou verbas para financiar despesa de investimento, uma das regras basilares do equilíbrio orçamental. Estas percentagens atestam uma forte capacidade de concretização das atividades previstas, relevando o rigor com que foi feito o orçamento.

Segundo indicador, a evolução da dívida. A dívida global aumentou cerca de um milhão e duzentos mil euros; esta dívida resulta essencialmente da celebração de protocolos de delegação de competências com as juntas de freguesia. A autarquia celebrou mais de dois milhões e quinhentos mil euros de obras, com um calendário financeiro distribuído por dois anos. Esta foi uma decisão que teve por objetivo uma maior coesão territorial, levando o desenvolvimento a todas as freguesias. A autarquia tinha a opção de não aumentar a dívida comparativamente ao ano anterior mas, para isso, teria de selecionar um grupo de freguesias a apoiar. Não foi essa a opção, e tendo capacidade de endividamento, entendemos que esta foi a melhor decisão. Aliás, basta ver a informação financeira que o Sr. Presidente apresentou no ponto dois, que facilmente se percebe que a dívida voltou a descer.

Terceiro indicador: custos com o pessoal. A autarquia aumentou em 333 mil euros os seus custos com o pessoal, este aumento resulta essencialmente de três fatores: a progressão de carreira de alguns funcionários; os concursos para contratos sem termo e outros pagamentos a funcionários. A autarquia deve, preferencialmente, ter um quadro estável, evitando ao máximo os contratos precários. Foi isso que fizemos em 2017, havendo naturais aumentos de custos, mas mesmo assim, cumprimos rigorosamente os limites previstos.

Quarto indicador: receitas de impostos. O ano de 2017 correspondeu a uma descida da taxa do IMI e os resultados são os que esperávamos. Como sempre dissemos, a taxa de IMI será ajustada em função da evolução da receita. Pretendemos manter a receita estabilizada e, por isso, à medida que a receita subir em consequência do fim de isenções ou de novos prédios, proporemos novas reduções nas taxas.

Senhoras e senhores deputados, este é o enquadramento deste ponto, na convicção que o ano de 2017 foi um ano bastante positivo, aliás, como confirmaram os povoenses renovando a confiança nesta maioria. Muito obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa, cumprimentou todos os presentes e disse: *“Neste ponto em que analisamos o plano de atividades e contas de gerência da Câmara Municipal, permitam-me que comece pelo plano de atividades. Li algures que a análise a um relatório de atividades só faz sentido se for comparado e acompanhado com o plano de atividades que lhe deu origem. Assim vou ler uma página que está no preambulo do documento da Câmara, porque acredito que, se calhar, nem todos os membros da assembleia o leram, e acho que é muito importante. E isto diz respeito a promessas feitas pelo executivo municipal.*

Diz assim: Redução do IMI – apesar de este ser um imposto fundamental na receita da autarquia, decidiu o executivo reduzir para 0.34 a taxa, que atualmente está fixada em 0.36; esta é uma ajuda para diminuir os impostos familiares, à qual se juntam as isenções, bem como as reduções para as famílias com dependentes. Esta é uma proposta cumprida.

No ambiente, forte investimento no alargamento da rede de água e saneamento, tendo candidatado ao POSEUR cerca de 4 milhões e 300 mil euros, envolvendo catorze freguesias. Proposta cumprida.

Requalificação do parque do Pontido – fase 1. Proposta em execução.

Processo piloto de eficiência energética de iluminação pública, introduzindo a tecnologia LED. Proposta cumprida.

Requalificação da escola básica Professor Gonçalo Sampaio, um investimento de dois milhões e quinhentos mil euros, que permitirá dotar esta escola das melhores condições, encerrando-se desta forma o ciclo de requalificação dos equipamentos escolares. Proposta em execução.

Regeneração urbana, requalificação dos Paços do Concelho. Proposta cumprida.

Requalificação do Largo do Amparo e Alegria. Proposta cumprida.

Requalificação da Praça Eng.º Armando Rodrigues. Proposta em execução.

Requalificação das redes pedonais da vila. Proposta em execução.

Nas freguesias, a manutenção dos valores transferidos em sede de protocolos de delegação de competências e acordos de execução. Proposta cumprida. Manutenção dos apoios no âmbito do regulamento Câmara Amiga das freguesias. Proposta cumprida. Concretização das prioridades definidas pelos senhores presidentes de junta, à semelhança do presente ano. Proposta cumprida.

Desenvolvimento económico, entrada em funcionamento da incubadora de Fontarcada. Proposta não cumprida. Manutenção da política de captação de investimento. Proposta cumprida.

Facilmente se conclui que a maioria esmagadora das propostas foi concretizada. Esta é a melhor forma de contribuir para a credibilidade dos agentes políticos, pois a mesma resulta da capacidade de cumprir aquilo que se assume. Em relação ao plano de atividades, creio que basta.

Relativamente às contas de gerência, há aqui alguns aspetos para os quais quero chamar a atenção. Desde logo, e como já foi referido, a taxa de execução, 94.7%; isto atesta, de facto, a seriedade com que é feito o plano de atividades e o orçamento. Verifica-se, também, que as receitas correntes suportaram a totalidade das despesas correntes e libertaram poupança para financiar despesas de investimento, uma medida séria e de salientar.

Apercebemo-nos, também, que há uma diminuição das despesas de capital, daquilo que seriam as despesas de investimento, na ordem dos duzentos e trinta e sete mil euros. No entanto, é suportada pelas transferências de capital para juntas de freguesia de valores na ordem de duzentos e setenta e dois mil euros.

Facilmente chegamos à conclusão, também, que o serviço da dívida, que é um custo do município, baixou de forma muito considerável dos 7.1 para 4.5%. Em relação à dívida, dizer, ainda, que a mesma aumentou 1,2 milhões de euros, situação que não é preocupante porque se encontra dentro dos limites legais. Chamo, no entanto, a atenção para a dívida de curto prazo a fornecedores, que aumentou quase para o dobro. E este é um aspeto que deverá ser corrigido e melhorado.

Ainda uma breve nota em relação ao desempenho económico do nosso município, porque não é de desprezar o facto de os ativos do nosso município terem aumentado 15,4 milhões de euros, enquanto o passivo aumentou em 0,6 milhões de euros. Estes são dados económicos que traduzem aquilo que, já aqui foi dito, é a boa saúde financeira e económica da nossa Câmara Municipal, e que naturalmente terá o nosso voto de confiança. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado António Ramalho, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Relativamente ao plano de atividades e às contas do orçamento do ano passado, pretendia fazer aqui algumas perguntas, de carácter objetivo, ao Sr. Presidente da Câmara. E começo pelo seguinte: sabemos que as participações financeiras do nível central continuam a ser uma componente essencial de qualquer Câmara Municipal, pelo menos dos municípios de mais pequena dimensão, como é o caso da Póvoa de Lanhoso, e no caso de 2017, acho que se atingiu o valor de cerca de sete milhões e meio de euros; e deste valor, o maior bolo refere-se ao FEF, fundo de equilíbrio financeiro. Todavia, o FEF é ele próprio constituído por dois fundos autónomos, o fundo geral*

municipal e o fundo de coesão municipal, e eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, destes dois fundos, qual é o peso relativo de cada um na composição do respetivo FEF?

Outra pergunta, também de caráter objetivo, é a seguinte: em termos do fundo de coesão municipal, a Póvoa de Lanhoso é considerada um beneficiário líquido ou um contribuinte líquido? Isto tendo em conta, naturalmente, as chamadas compensações fiscais e as compensações por desigualdade de oportunidades, baseado no índice de desigualdade de oportunidades. E se a Póvoa de Lanhoso, se o seu índice fiscal é superior a 1,25 da média nacional, ou se é inferior a 0,75 dessa média ou se se encontra dentro deste intervalo? Outra pergunta de caráter objetivo.

No que se refere ao fundo social municipal, visto que é um fundo vinculado e condicionado, eu perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se ele tem sido aproveitado em todas as suas potencialidades, ou seja, nas potencialidades que têm sido elencadas na própria lei das finanças locais, ou se apenas dentro de algumas das suas vertentes. E pergunto mais, se o volume tem crescido ou decrescido nos últimos anos. Também uma pergunta de caráter objetivo.

No conjunto das receitas recebidas da administração central, também lhe pergunto qual é a componente ou o peso relativo entre as dotações e as subvenções. Portanto, naturalmente, há verbas que são dotações orçamentais, outras são subvenções, e eu deixo aqui a pergunta de qual é o peso relativo de cada uma destas componentes financeiras.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Relativamente a este ponto em discussão, e naquilo que é uma análise não tão técnica do documento, pretendemos colocar algumas questões ao executivo municipal. Assim, o executivo municipal assume que foram definidos no ano anterior seis eixos e quinze ações concretas que importa recordar. E nelas elencam as ações cumpridas e não cumpridas, sendo que assumem que apenas uma ação proposta não foi cumprida.*

Vejamos, no eixo freguesia, dizem “concretização das prioridades definidas pelos senhores presidentes de junta, à semelhança do presente ano. Proposta cumprida.”; pergunto ao Sr. Presidente de Câmara, se efetivamente foram cumpridos todos os compromissos assumidos com os presidentes de junta.

Ao nível do tema intervenção social, gostaria de saber se o projeto “Geração Lanhoso”, que mencionam, é da Câmara Municipal ou é da Sol do Ave.

No que diz respeito ao crescimento da economia local, dizem que no ano de 2017 cerca de uma dezena de promotores que se encontravam em situação de desemprego, com o apoio do gabinete de promoção de desenvolvimento económico viram as suas candidaturas serem aprovadas e puderam constituir as suas empresas num valor total

de investimento de seis mil euros. A pergunta que faço é: que empresas são essas, onde estão instaladas, quantos postos de trabalho foram criados e se está a ser desenvolvido algum plano de acompanhamento para os primeiros anos de vida destas empresas?

Relativamente à educação, referem uma lista de programas para aumentar os índices de formação e combater o abandono e o insucesso escolar. Pergunto, Sr. Presidente, que índices tinham no concelho antes da aplicação dos mencionados programas e que variações foram registadas com a sua aplicação? Gostaríamos, também, de saber se as escolas foram equipadas com recursos tecnológicos para dar cumprimento aos programas como “Plataforma mais cidadania” e “Salas de aulas do futuro”. Ainda nesta área, gostaríamos de saber qual é o ponto de situação do programa “Fruta escolar”. Gostávamos, ainda, de saber qual é a parte que cabe à Câmara Municipal na execução da empreitada da Escola Gonçalo Sampaio, quando vão começar as obras, se já têm alguma estratégia para viabilizar o equipamento de que a escola necessitará?

No que respeita ao património cultural, perguntamos o seguinte: têm dados que nos possam apresentar e que nos esclareçam acerca do tipo de turista que visita o concelho? O que é que procura, esse turista, no nosso concelho? A estratégia posta em prática teve em consideração o perfil do turista que nos visita?

Terminando esta primeira intervenção, coloco algumas questões relativamente à coesão territorial. Referem que foram celebrados acordos de delegação de competências em valor superior a dois milhões e trezentos mil euros; o ROC refere no relatório que o aumento da dívida a terceiros, que foi de 92%, se deve essencialmente à dívida da Câmara Municipal às juntas de freguesia, um milhão e oitocentos e quarenta e um mil euros, a 31/12/2017. Qual o ponto da situação atual dos pagamentos às juntas, no âmbito destes contratos?”

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal para poder responder.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Em relação às juntas de freguesia, posso dizer que há dois incumprimentos, um é com S. Martinho do Campo e outro com Garfe. O resto, penso que superamos tudo o que tínhamos prometido.”*

Interveio a vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Eu gostava de responder ao senhor deputado Ramalho que nós somos políticos não somos técnicos; pode fazer as questões por escrito que receberá as respostas por escrito. Nós não somos técnicos e não vou estar aqui a detalhar tudo isto. Relativamente às questões que foram colocadas sobre a educação, pelo deputado Filipe Silva, relativamente à “Geração Lanhoso”, não tem a ver com a educação, é mais com a*

ação social, é um projeto da Sol do Ave em que a Câmara é o principal parceiro na execução do mesmo e estão instalados no edifício da Câmara Municipal, e a atuar, naturalmente, nos agrupamentos de escola, por exemplo.

Relativamente às medidas de combate ao insucesso escolar, os índices de insucesso escolar existem; eu posso enviar-lhe, há um simulador. Quanto às variações, ainda é muito cedo para as referir porque há um desfasamento entre os planos de ação estratégica das escolas e os planos integrados e inovadores que foram aprovados só no ano passado, já no final do ano. Aliás, na semana passada tivemos uma reunião com todos os agrupamentos de escola, a CIM, todos os vereadores da educação da CIM, a CCDR e a equipa de missão, precisamente para fazer o ponto da situação de cada um dos projetos e da sua aplicação, e constatou-se precisamente esse desfasamento que, se calhar, vai obrigar a alterações; os planos de estratégia do agrupamentos têm que ser prolongados para além do prazo que estava previsto ou vão adotar outras medidas.

Relativamente às plataformas, estão a funcionar e os professores estão a ser capacitados. Relativamente aos recursos, as candidaturas são essencialmente dirigidas à capacitação e à monitorização de cada um dos projetos; para equipamentos havia uma verba muito pequena que foi destinada, no caso da Câmara da Póvoa de Lanhoso, de Mondim, de Cabeceiras, de Fafe, Vieira do Minho às salas do futuro; só Guimarães e Famalicão é que não têm candidaturas às salas de aulas do futuro, os outros estão com as candidaturas a decorrer. Houve aqui um atraso que, também, foi aprovado tardiamente, e só a semana passada é que obtivemos resposta da CCDR relativamente a umas questões; este processo está a iniciar e só por aí é que conseguimos recursos tecnológicos para cada um dos centros escolares.

Relativamente ao regime de fruta escolar, aguardamos que o ministério abra a candidatura; temos ligado quase todas as semanas para o ministério a saber quando é aberto e não nos dão indicação sobre o mesmo.

Relativamente ao inicio das obras da escola Gonçalo Sampaio, não podemos dizer o dia em que se vai iniciar, porque o visto está no Tribunal de Contas; já tivemos indicação do Tribunal de Contas de que rececionou o nosso pedido de visto, e portanto depende do tempo que demorar a recebermos o visto prévio do Tribunal de Contas; uma data precisa não podemos dizer, mas será muito em breve. A comparticipação da Câmara Municipal, é de 50% da comparticipação pública nacional.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Filipe Silva, lembrou o tempo que lhe restava para a sua intervenção.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: “Ora, logo na primeira questão, o Sr. Presidente diz-nos que afinal não cumpriu com todos os compromissos, e portanto, o documento induz em erro quem o lê, porque

diz lá proposta cumprida com todos os compromissos assumidos com os presidentes de junta. Induz em erro, e talvez agora se possa falar melhor em aproveitamento político, mas eu vou deixar mais para a frente.

Relativamente à intervenção social, o evento “Geração Lanhoso” diz-nos que o promotor do programa é a Sol do Ave, mas a verdade é que no documento nem uma referência ao promotor do programa. À boa imagem da Câmara Municipal, e nem de propósito, falamos do índice de transparência, nesta assembleia, o que está diretamente relacionado com a informação que a Câmara Municipal transmite aos seus municípios. Neste caso, ainda por cima, promove-se graças ao trabalho dos outros, e também podemos falar de aproveitamento político.

Relativamente aos recursos tecnológicos, nós sabemos que neste momento os nossos alunos do segundo ano foram indicados para participar num concurso e não têm recursos disponíveis para treinar. Diz-nos a senhora vereadora que, não havendo candidaturas não há investimento. Não percebo como se podem vangloriar pelos programas de combate ao insucesso escolar e depois não investem nos meios para lhe garantirem sucesso. Olhemos para o município vizinho, como a senhora vereadora falou, e bem, Guimarães, que fez um investimento fortíssimo em equipamentos informáticos para distribuir em todas as escolas. A pergunta que fica é porque é que as outras autarquias conseguem e a nossa não. Talvez aqui seja necessário redefinir as prioridades.

Relativamente à fruta nas escolas, disse mais uma vez a senhora vereadora que não abriu candidatura e portanto não avançaram, mas o que não dizem é que este programa tem um custo total de nove mil euros, isto é quase, mais ou menos, a verba que a Câmara Municipal gastou com a “Queima de Judas”. Fica a pergunta para a reflexão, mas não do executivo porque já sabemos a resposta, mas fica a pergunta par reflexão dos senhores deputados, do público aqui presente e dos povoenses em geral: valerá mais a pena gastar seis ou sete mil euros com um evento como a “Queima de Judas” ou nove mil euros num programa cujo objetivo é promover hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos de saúde associados aos regimes alimentares menos saudáveis? Fica a questão, mas tal como na questão anterior, isto é claramente uma questão de prioridades.

Relativamente à comparticipação da Câmara na empreitada de requalificação da Escola E,B 2,3, a comparticipação da Câmara Municipal nesta empreitada é de 200 mil euros, senhora vereadora, mas nos joguinhos de comunicação da Câmara Municipal fazem acreditar as pessoas que vão gastar 2,2 milhões de euros; voltamos à questão da transparência: à medida que vamos percebendo este “modus operandi” do executivo, vamos percebendo a posição que ocupamos no ranking que indica o grau de transparência dos municípios. Isto não é ser sério.

Mas, em jeito de conclusão, podemos dizer o seguinte, estamos perante um relatório de atividades e de contas do executivo do PSD, num ano de eleições autárquicas, e se há coisa que vos podemos dizer é que se o executivo fosse do partido socialista faria melhor. O partido socialista faria muito melhor, meus senhores. Desde logo, não se contentaria com o argumento de que aumentamos a dívida mas fizemos obras; porque a obra não foi para todos nem em todo o concelho, que o digam os povoenses de Garfe e de Campo e Louredo. Com o partido socialista esta discriminação era impensável. Orgulhamo-nos nos valores de abril e a igualdade de oportunidades é um deles. Não aumentaria o custo do pessoal em quatrocentos e trinta mil euros, quase meio milhão num ano, sendo que destes custos cerca de duzentos e quarenta mil correspondem a vinte novas avenças, sem que novos serviços surgissem, num claro oportunismo eleitoralista. Não colocaríamos a autarquia num risco financeiro grave e preocupante, perante uma dívida com margem disponível para o utilizar de apenas um milhão e meio, apresentam-se valores de contingentes de elevado risco, que chegam quase aos dois milhões. Não apresentaríamos documentos com erros, ainda há bocado o senhor deputado Ramalho referiu isso, e onde constam iniciativas que não são promovidas pela autarquia, revelando uma atitude de aproveitamento claro do trabalho dos outros, ou até mesmo que nem existiram, como a academia da Maria da Fonte que pelos vistos promoveu um sarau ou saraus, sem nunca terem existido. Seriedade e rigor são valores que o partido socialista valoriza e que estariam em prática.

Este documento reflete uma situação financeira preocupante da autarquia, e uma clara falta de sustentação do role de ações que nos são apresentadas. Este é o documento de gestão do PSD na autarquia e, efetivamente, se há coisa que vos podemos dizer é que o partido socialista faria muito melhor. Obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Paulo Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Garfe.

Interveio o deputado Paulo Ferreira, cumprimentou todos os presentes e disse: “Eu queria gabar, ao Sr. Presidente, a frontalidade e a honestidade em reconhecer a injustiça que foi feita a Garfe e a Campo e Louredo.

Mas a mim não me interessa olhar para o passado, interessa-me olhar para o presente e para o futuro. E dizer-lhe que, reconhecida essa desigualdade, aquilo que eu gostaria, com a mesma frontalidade e a mesma honestidade, reconhecida essa injustiça urge reparar essa injustiça. Garfe está ávido de investimento e é importante que a Câmara Municipal possa olhar para Garfe com a atenção que não mereceu nos últimos anos, e é isso que lhe quero aqui dizer olhos nos olhos, que é isso que espero da Câmara Municipal, já a começar por este ano. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal para poder responder.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Nós somos melhores. Olhos nos olhos, nós somos melhores. Mas eu vou-lhe explicar, porque você ainda é muito novo para dizer isso, politicamente é muito mais novo que eu, e tenho muito respeito pelos deputados. Eu estou na política há 16 anos, fui secretário da junta de freguesia há 16 anos.*

Posso-lhe dizer que a obra não foi feita em Grafe derivado aos fundos comunitários; como bem sabe, o senhor presidente, há outras obras que foram lá feitas e que não estavam prometidas, por exemplo a moratória, mas eu sei que estamos em falta com Garfe, como estamos em falta também com Campo, mas as obras de saneamento já começaram em Campo e irão começar também em Garfe; portanto teremos obras ainda este ano nestas duas freguesias.

Mas vou só lembrar uma situação em que realmente nós somos diferentes, o PSD é diferente e trata as pessoas de igual e assume, aqui nesta assembleia, quando realmente não o faz. Mas posso dizer-vos que há 16 anos atrás, o partido socialista, nunca fez isto que nós estamos aqui a fazer, e vou-lhe dizer porquê: eu fui secretário da junta da Póvoa de Lanhoso e, em quatro anos, fizeram uma ponte, e os meus colegas que também faziam parte das juntas de freguesia também pouco ou nada tiveram. Nós estamos a ser diferentes, nós somos diferentes. Nós demonstrámos, nestes 14 anos, que demos tudo às juntas de freguesia é só ver o passado e o presente, e vão ver que realmente nós é que somos diferentes. O PSD é mesmo diferente.”

Ainda, pela Câmara Municipal, interveio a vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“E passando a responder ao senhor deputado Filipe Silva, há pouco não referi o pagamento às freguesias, mas nós não temos pagamentos em atraso, portanto os pagamentos às freguesias estão em dia.*

Relativamente à questão que colocou, quem lhe passou a informação induziu-o em erro. E devo-lhe dizer, de todos os municípios da CIM do Ave, a Póvoa de Lanhoso é o único que tem, em cada uma das salas do 1º ciclo, biblioteca; e uma sala de TIC com um computador para o professor; um projetor e tem um quadro interativo, é o único município que tem estas condições para os seus alunos. Nem Guimarães, nem Famalicão. E Famalicão é um concelho de referência na educação, até porque está no projeto “Aproximar”. Não é verdade que os alunos não têm condições para implementar o Hypatiamat, ou para trabalharem no Hypatiamat, porque têm uma sala de TIC, têm computador para trabalharem.

Diz que Guimarães fez um forte investimento. Guimarães não vai ter salas de futuro, só comprou tabletes, quem me informou foi a senhora vereadora Adelina nas reuniões do

conselho intermunicipal da educação, e a questão que se coloca sobre os tablets e relativamente às condições para o Hypatiamat, é a questão de ser em ambiente Windows ou ambiente Android. Guimarães comprou tablets Windows. Os nossos alunos não estão em desvantagem com nenhum dos municípios, porque tablets só tem o concelho de Guimarães e Cabeceiras, que não tinha que fazer concurso publico, e por sua conta e risco montaram uma sala do futuro e compraram também uns tablets híbridos Windows. A questão que o professor Ricardo, da Universidade do Minho, responsável pelo Hypatiamat, colocou é que o Hypatiamat funciona melhor em sistema Android, o que não requer internet, e a internet que nós temos nas escolas é do ministério da educação e é fraca. Com meia dúzia de tablets, a internet não dá para mais nada. Eu estou-lhe a dizer que o problema que se poem em relação ao Hypatiamat é ser trabalhado em tablets Android ou Windows. O Hypatiamat é Windows e todos os concelhos estão a trabalhar com o Windows, só que o Windows requer internet e não permite que estejam mais de cinco ou seis tablets a funcionar, porque o sinal da internet do ministério da educação é fraco.

Portanto, os nossos alunos não estão em desvantagem, mais, foi requerido ao município da Póvoa de Lanhoso, ou foi apontado como necessário para o concurso de cálculo mental, que se vai realizar no dia 9 de junho, quatro tablets Android para os alunos que forem selecionados do concelho da Póvoa de Lanhoso. O Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso disse “nós temos tablets Android, não temos problema nenhum”. A Câmara já adquiriu mais dois tablets Android para outro agrupamento, para ceder, para os meninos poderem treinar; estamos a falar em Android, para serem mais rápidos e para não terem problemas, porque eles podem fazer em Windows, que é com o que estão a trabalhar todos os outros municípios, a questão é a questão da net. Desde o momento que os alunos estejam selecionados, têm tablets Android para treinar, portanto não têm falta de equipamento.

Em relação ao regime de fruta escolar, se há uma expectativa de haver uma candidatura, e quando ligamos para o ministério dizem que vai abrir a candidatura, acho que é de bom senso e de boa gestão financeira aproveitar ao máximo as candidaturas. Não temos culpa de andarmos, desde o início do ano, a ser enganados pelo ministério da agricultura.

Quanto ao investimento na escola Gonçalo Sampaio, eu pergunto se, quando o Governo anuncia uma obra, anuncia o valor total da obra ou se anuncia a parte que vai investir, a comparticipação pública nacional. Faça-lhe esta questão e digo-lhe mais: aquela obra é uma obra que deveria ter sido, se calhar, feita há muito tempo e nunca ninguém teve coragem de a fazer. E se não fosse a Câmara – porque nós não temos contrato de execução, a escola não é nossa, a escola é do ministério, e a escola, com a delegação de competências que se prevê, o ministério devia entregar-nos a escola em condições... se não fosse a Câmara a disponibilizar-se para fazer a candidatura – e assumir 15% e

depois, numa reunião da CIM, é que o ministério avançou com 7,5%, em igualdade de circunstâncias para todos os municípios... se nós não tivéssemos tomado essa iniciativa a escola não teria obras, porque a Escola é do Ministério da Educação, mas aqueles alunos merecem-nos tanto respeito como todos os outros, e para bem dos alunos do concelho, temos feito um forte investimento na educação. Obrigada”

Seguidamente o Presidente da Mesa verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e passou aos pedidos de esclarecimentos concedendo a palavra à deputada do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“O PSD só pode estar com um problema de demência qualquer. Eu relembro ao Sr. Presidente que o Sr. Presidente está numa sala que foi recuperada no tempo do partido socialista, eu relembro ao Sr. presidente que o parque do Pontido foi uma obra do partido socialista; o que os senhores têm feito é dar continuidade a esse projeto. E relembro, também, que a primeira obra que os senhores fizeram no parque do Pontido foi com dinheiro assegurado pelo partido socialista; a piscina coberta foi obra do partido socialista; o pavilhão 25 de abril foi obra do partido socialista; o abastecimento de água e o saneamento foi obra do partido socialista. Relembro o Sr. Presidente, também, que o primeiro investimento que fizeram em água e saneamento foi com verbas asseguradas pelo partido socialista. Por isso, dizer que não foi nada feito e que teve uma obra no tempo em que era Presidente de junta enquanto o município era dirigido por outro partido é no mínimo desonesto, é mais do que intelectualmente desonesto.*

E a recuperação dos Paços do Concelho, que isso é que foi uma verdadeira recuperação, porque o que vocês estão a fazer agora é recuperar telhados, na altura foi feita a recuperação total, chovia lá dentro, aquilo que o senhor conhece, o seu gabinete como o conhece é uma obra do partido socialista. Por isso não consigo perceber onde vocês estavam há 14 ou 16 anos.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“O senhor Presidente tem muita coragem, tem coragem em vir aqui dizer que tratam todos por igual, depois destes últimos 12 anos de governação, em que nós tivemos juntas de freguesia do partido socialista, e não foi uma, foi mais que uma, que tiveram zero euros, durante um mandato inteiro.*

Relativamente à questão da senhora vereadora, também fiquei um pouco confuso, porque relativamente aos recursos tecnológicos, numa primeira fase pensei que afinal estava tudo bem, então estava a deixar de perceber qual era a lógica de nos

candidatarmos a recursos do Estado para adquirirmos material; mas de repente, afinal não está nada tudo bem, a Póvoa de Lanhoso está em igualdade com os outros municípios, mas logo a seguir, se ligarem dois ou três tabletes já não conseguem trabalhar e portanto não me parece que isto seja uma situação de igualdade. E efetivamente, pergunto o que é que a Câmara Municipal fez para alterar isto. E relativamente à fruta nas escolas, eu espero que o Estado, o Governo... vamos ver se conseguimos interceder para que sejam rápidos a decidir, senão os nossos meninos vão ficar sem fruta na escola durante muitos anos, se ninguém se decidir; não fazem nada porque só decidem em função dos outros.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro.

Interveio o deputado Luís Amaro, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Eu começo por constatar que afinal o partido socialista está dos dois lados da sala. Mas agora, senhora deputada Carla: demência não; foi nestes dementes que o povo da Póvoa votou, foram estes dementes que recolheram a maioria dos votos dos povoenses; usar esse termo para tratar o nosso executivo é tratar mal os povoenses. Isso, eu não aceito nem admito. Senhora deputada, estamos na casa da democracia, esse termo não é correto.”*

E referiu ainda que, se calhar o deputado do PS, Filipe Silva é que tem dificuldade em perceber os documentos que são apresentados, estranhando que nada tenha dito em relação à taxa de execução orçamental de 94%.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara para poder responder.

Interveio o presidente da Câmara, Avelino Silva e referiu que se estava a referir às juntas de freguesia, porque infelizmente as pessoas confundem o que é a junta de freguesia e o que é a Câmara. E que este executivo é diferente dos anteriores, porque trata as freguesias todas de igual forma, independentemente da cor partidária.

Interveio a vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu que teria que voltar a responder ao deputado Filipe Silva, uma vez que ele estaria a confundir os recursos tecnológicos das escolas do nosso concelho, com um projeto que está na sua fase inicial. Salientou, mais uma vez, que os alunos têm todas as condições tecnológicas para trabalharem nas plataformas.

Seguidamente o Presidente da Assembleia dei por terminado este ponto e passou de imediato à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 24 votos a favor e 18 votos de abstenção a proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2017, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto).

Foi entregue, pela bancada parlamentar do MAI a seguinte declaração de voto:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Só uma pequena parte da execução orçamental e o relatório aqui em apreciação faz parte do presente mandato. Os documentos que serviram de planeamento inicial, ou seja, o orçamento e as grandes opções do plano foram elaborados, discutidos, aprovados e em grande parte executados no mandato anterior, onde o MAI – Movimento Alternativa Independente -, naturalmente, não teve qualquer participação. No entanto, somos chamados agora a pronunciarmo-nos sobre a execução dos referidos documentos e, conseqüentemente, da prestação do executivo no ano de 2017.

Quando fomos chamados a pronunciarmo-nos sobre a atividade desenvolvida no presente mandato, então sim, iremos fazê-lo com uma análise criteriosa e objetiva. Entretanto, não queremos deixar a oportunidade para referir que este não é o relatório que como povoenses gostaríamos de ler. Um relatório:

-Que refletisse o recurso a critérios de avaliação da respetiva necessidade e racionalidade, atendendo à relação custo/benefício de cada investimento e completado por uma perspetiva global do que se pretende para a Póvoa de Lanhoso em termos de futuro;

- Que demonstrasse que as obras infraestruturais de que o concelho necessita, como sejam as acessibilidades, a rede de saneamento básico e a de abastecimento de água, entre outras, estavam mais que concluídas;

- Que evidenciasse a participação do concelho e dos seus munícipes, envolvidos na discussão dos projetos que assim parecem não mais que visar alterar a fisionomia, designadamente da vila, descaracterizando a sua imagem e identidade, e onde parece que a principal opção do executivo é mais a de mexer e desfazer o que está feito – e muitas vezes bem feito -, desbaratando recursos sem construir o que é verdadeiramente importante e necessário ao desenvolvimento da Póvoa de Lanhoso.

Contudo em respeito pelo facto da nossa anteriormente referida não participação na elaboração, discussão ou acompanhamento optamos por decidir que o Grupo Parlamentar Municipal do MAI – Movimento Alternativa Independente – abstém-se no presente ponto deliberativo.

Vila da Póvoa de Lanhoso, 27 de abril de 2018.

O Grupo Parlamentar Municipal do MAI.”

Depois, o Presidente da Mesa passou ao ponto quatro da ordem do dia. **Ponto Quatro: Apresentação do relatório semestral do Revisor Oficial de Contas, para os efeitos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.

Interveio a vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Da análise da informação do ROC, apesar de ser um documento técnico, há a realçar o aumento dos fundos próprios em 8%, no total do balanço, e a diminuição do passivo, também, em 8%.*

Relativamente à execução orçamental, de referir que ela é superior ao legalmente exigível, tanto na receita, cuja taxa de execução ronda os 95%, como na despesa, com uma taxa de execução superior a 92%, e que representa uma poupança de 4,5%, quando comparado com o estimado e com o ano transato.

A Autarquia cumpriu o princípio do duplo equilíbrio financeiro, ou seja, os recursos cobrem as despesas e as receitas correntes são superiores às despesas correntes. Mais, as receitas correntes não só cobriram as despesas correntes como, ainda, permitiram financiar as despesas de capital, ou seja, o investimento. Apesar da execução das receitas de capital serem de 58% a execução das despesas de capital, de investimento, foi de 88%.

As dívidas a terceiros aumentaram um milhão e duzentos mil euros, correspondente a cerca de 33% total do passivo, o que é explicado pelos compromissos assumidos com as juntas de freguesia.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Analisamos, neste ponto, um documento técnico que permite verificar que as contas estão certificadas sem nenhuma referência que possa preocupar os povoenses. Isto é, da análise ao relatório não sobressai qualquer indicador financeiro que permita concluir que há algum desequilíbrio ou ocorrências materialmente relevantes. Portanto, aos nossos olhos, aos olhos da bancada parlamentar do PSD, a Câmara cumpre todas as regras orçamentais, tem boa saúde financeira, é gerida com rigor e com sentido de responsabilidade. Sentimo-nos inteirados, esclarecidos e muito satisfeitos. Muito obrigado.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Paulo Bastos.

Interveio o deputado Paulo Bastos, cumprimentou todos os presentes e disse: *“Antes de mais gostaria de fazer um pequeno aparte, que não tem a ver com este ponto, é do*

anterior, mas com a experiência política de 16 anos, eu estranho que meça o nível de turismo na Póvoa de Lanhoso pelas visitas ao castelo, porque eu fiquei sete anos hospedado em hotéis, de um fui corrido porque era o único hospede, do outro já estava quase a ser corrido e tive que ir a Vieira do Minho falar com senhores empreiteiros da Mota Engil, Somague, e encher o hotel, porque senão teria fechado, e ainda hoje os poucos turistas que tem é para visitarem o Gerês. É uma triste realidade, não me congratulo com isso, como é óbvio.

Relativamente à documentação que nos deram, eu confesso-me um bocado confuso porque o relatório da sociedade do revisor de contas não tem o parecer; no último ponto de um relatório do revisor de contas vem o parecer, em que ele diz se há ou não situações materialmente relevantes e se há alguma enfase, alguma reserva. Acredito que não haja, mas do relatório do revisor de contas não consta o parecer. Aliás, devo dizer que me pareceu, de alguns relatórios de contas que já li, pareceu-me o mais inclinado de todos, numa linguagem que às tantas tinha que ir ao cabeçalho ver se era do revisor de contas ou se era o vosso relatório e a vossa documentação, porque realmente não se conseguia perceber.

Relativamente ao relatório anual, já percebi que vocês não são técnicos e isso pode dificultar na obtenção de respostas, mas no relatório anual, na página 38, indicam uma receita, na página 44 está outra, valores diferentes; uma tem 15.662.000 e na outra 15.629.000. Pareceu-me, assim, para um relatório do ROC, muito pouco, em que nem tem os anexos às demonstrações financeiras, o que é essencial e que está no vosso relatório, estranhamente não revisado por ele.

Para dar outro exemplo de alguma confusão, vocês referem, a determinada altura no vosso relatório, o seguinte “análise da redução dos pagamentos em atraso”, pela lei do orçamento de Estado para 2017, lei essa que é a 42/2016 de 28 de dezembro, que estipula no seu artigo 74º que os municípios deveriam reduzir até final do ano 2017 no mínimo 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, e vocês referem que não têm pagamentos em atraso com mais de 90 dias. Mas estranhamente – às vezes por excesso de competência – colocaram aqui, a determinada altura, no balancete terceiros, extenso, e eu começo a ver Construções Alfredo Cunha; Construções do Vale; Adão Fernandes; Alberto Alves; Artipetra; Agostinho; Belarmino; etc., todos eles têm a 01/01/2017 o mesmo saldo a 31/12/2017, portanto são 365 dias sem receberem nada; só aqui estão muito mais de 90 dias.

Do orçamento, as receitas arrecadadas... efetivamente vocês respeitaram o equilíbrio orçamental, mas as receitas arrecadadas tem 14.840.000 e as despesas efetuadas 15.285.000. Esta é que é a realidade: há efetivamente o equilíbrio orçamental na sua definição nas despesas correntes, mas tiveram que ir ao saldo da gerência anterior.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado António Ramalho, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Antes de mais, quero dirigir-me aqui à senhora vereadora Gabriela, porque ela não respondeu às questões que eu coloquei, com o argumento de que se tratava de questões técnicas e ela era política; as questões que eu coloquei eram questões puramente políticas. Então a senhora não sabe, não tem que saber a origem dos fundos que alimentam o funcionamento da Câmara Municipal? Isso não é uma questão puramente política? O que acontece é que os senhores não sabiam nada disto, mas eu aceito, e aceito também que esse esclarecimento me seja prestado pela vossa bancada. Eu gostava de fazer aqui um pequeno registo: o líder da bancada parlamentar do PSD disse aqui que a Câmara tinha cumprido o incentivo ao investimento; eu pensei que isso era uma situação que nunca estava cumprida, que era uma situação para se manter, pelos vistos a Câmara incentivou e parou.*

Relativamente a esta matéria, houve reavaliações do ativo e portanto o ativo da Câmara subiu uns 14.000.000 de euros, mais coisa menos coisa; eu gostaria de saber quais foram os critérios de avaliação, quem avalia, se foram os serviços da Câmara ou serviços externos, os terrenos se são terrenos com potencial de construção ou outros, gostaria de saber se as infraestruturas se referem apenas a rede viária ou a outras infraestruturas, gostaria de saber o reconhecimento de bens que se encontrava no município, o porquê disso, ou seja, se tinham sido alienados e não tinham sido registados pelos adquirentes, se tinham sido mal registados, se não estavam registados e estavam apenas inventariados, o que é que se passa à cerca disso.

Gostaria também de saber a que é que se deve uma execução orçamental do lado da receita de apenas 42%, que é uma execução muito baixa.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Só para uma ligeiro esclarecimento: eu não sei onde é que o senhor deputado António Ramalho ouviu aquilo que disse que ouviu, mas eu vou-lhe ler aquilo que eu disse que está aqui no papel, e que diz assim: manutenção da política de apoio à captação de investimento, promessa cumprida. Eu espero que tenha ficado esclarecido, porque diz manutenção, não terminou nada. Muito obrigada.”*

Depois o Presidente da Mesa verificou que a Câmara Municipal não pretendia intervir, não haviam mais pedidos de intervenção, pelo que passou aos pedidos de esclarecimentos e concedeu a palavra ao deputado do PS, Paulo Bastos.

Interveio o deputado Paulo Bastos, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“A capa da certificação de contas diz 2º semestre, mas tem a informação do exercício todo de 2017.*

Nas demonstrações de fluxos de caixa, eu creio que está confusa e que está imprecisa até no seu total. E queria um esclarecimento relativamente aos bens de domínio público, que passaram no presente exercício de 27 milhões para 40, o que segundo vocês se deve ao património que estava omissso; a minha questão é tentar perceber se já está omissso há muito tempo e como é que chegaram a este valor.

E depois, só referir muito rapidamente que a dívida a terceiros de curto prazo aumentou para 200%, e portanto com todos os perigos que isso pode trazer.”

Depois, o presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de esclarecimentos e concedeu a palavra à Câmara para poder responder.

Interveio a vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Relativamente à questão do deputado Paulo Bastos, sobre como chegamos a este valor do domínio público, é que se está a fazer o registo de todo o património da Câmara e, à medida que vai sendo atualizado, esse valor vai sendo aumentado. Este registo já se iniciou há 2 ou 3 anos e está em curso, porque estava tudo por registar e ainda há muita coisa por registar.”*

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado António Ramalho, referiu que não lhe foram prestados os esclarecimentos que solicitou e acrescentou: *“Tem uma transferência de capital de 1.731.855 euros: eu gostava de saber para quem, isto está na página 62 e 68; registo que há despesas de pessoal que crescem, há um acréscimo de 20 pessoas na Câmara e 10 na EPAVE: eu gostaria de saber se efetivamente havia a necessidade de aumentar o quadro de pessoal.”*

Seguidamente, o Presidente da Mesa voltou a conceder a palavra à Câmara Municipal para poder responder.

Interveio novamente a vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e respondeu: *“Não houve um aumento de 10 pessoas na EPAVE, o que acontece é que só os funcionários faziam parte do quadro, não havia nenhum professor no quadro, apesar de estarem lá, alguns, há 10 ou 15 anos; eram necessidades permanentes, porque são professores de disciplinas que são transversais a todos os cursos: o professor de Matemática, o professor de Inglês, vários professores da componente sociocultural. O que se fez foi passar essas pessoas para o quadro, porque são necessidades permanentes. Uns estão a tempo inteiro, para aí 4, e os outros estão a meio tempo. E por isso diminuiu a prestação de serviços, os falsos recibos verdes, e passaram a efetivos porque faziam parte de necessidades permanentes, porque são disciplinas Físico-química, Matemática, Inglês, Educação física, eu já não me lembro de todas, mas que são transversais a todos os cursos.”*

Depois, o Presidente da Mesa deu por terminado este ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada do relatório semestral do Revisor Oficial de Contas, para os efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seis da ordem do dia.

Ponto Seis: Proposta da Câmara para a 1ª Revisão Orçamental, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal. E concedeu a palavra à Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.

Interveio a vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Este ponto resulta da obrigação legal de incorporação do saldo do exercício anterior, neste caso no valor de 394.352,49€, e ainda da integração no orçamento da receita do valor de 255.647,61€, correspondente à comparticipação de fundos comunitários nos projetos cofinanciados; portanto temos aqui a incorporação de 650 mil euros do exercício anterior para este ano.”*

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado António Ramalho, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Como sabem, os princípios da orçamentação pública, chamados princípios clássicos, são seis, o princípio da unidade; da anualidade; da universalidade; da diversificação; da não consignação e da não compensação. Todavia, este princípio da não consignação tem vindo a ser derogado a propósito de múltiplas situações e, no*

caso da lei das finanças locais, para além dos investimentos financiados pela União Europeia, abrange também o fundo social municipal e outras receitas provenientes de acordos com a administração central.

Isto, para dizer o seguinte: supostamente há aqui um saldo que é transitado de 2017 para 2018; obviamente teria que constar de um orçamento rectificativo. Todavia, o montante de 255.647,61€ é um cofinanciamento da União Europeia; naturalmente que este era um valor que já está validado, e pelos vistos, até já estava pago, porque se estava pago estava forçosamente liquidado, porque liquidar e pagar não é a mesma coisa, e a liquidação precede o pagamento: supostamente estava liquidado e portanto devia ter constado do orçamento para 2018. Há aqui, do meu ponto de vista, uma irregularidade que não se compreende e não me parece razoável. Nesta situação, obviamente, o executivo municipal merece aqui também uma censura, porque foi pagar uma verba que supostamente estava liquidada; é uma verba que, inclusivamente, tinha que ser imputada, acho eu, ao próprio programa que a financiou; portanto o que se trata aqui é de uma manobra contabilística, digamos assim, que não tem razão de ser e não tem justificação. E portanto, nós neste ponto, e tendo em conta esta situação, iremos naturalmente tomar posição em termos de uma declaração de voto.

Registo, de qualquer modo, e acho que é de registar, digamos, esta falta de rigor e esta falta de tratamento, nomeadamente ao nível dos documentos contabilísticos e ao nível do próprio tratamento contabilístico, daquilo que são os financiamentos cofinanciados pela União Europeia.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro.

Interveio o deputado Luís Amaro, cumprimentou novamente todos os presentes e usou da palavra apenas para informar que a bancada parlamentar do PSD concordava com a integração dos saldos e por isso votaria favoravelmente este ponto.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Este ponto, como já foi referido, tem a ver com a transição do saldo de gerência do exercício da Câmara Municipal, do anterior orçamento, da responsabilidade da Câmara Municipal, resulta de uma obrigatoriedade legal e, portanto, nós nada temos a dizer e vamos abster-nos nesta votação.”*

Depois, o presidente da Mesa concedeu a palavra á Câmara Municipal para poder responder.

Interveio a vereadora, Gabriela Fonseca, apenas para prestar um esclarecimento ao deputado António Ramalho, referiu: *“Este valor de 255.647,61€ corresponde a uma despesa que foi liquidada com receitas próprias em 2017 e cuja receita não estava prevista aquando da elaboração dos documentos provisionais. Por isso ela não pode ser integrada nos documentos provisionais. Eu só a posso lá colocar, se houvesse a expectativa de a receber no ano de 2017.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado António Ramalho, para pedidos de esclarecimentos.

Interveio o deputado António Ramalho, que dirigiu a palavra à vereadora Gabriela Fonseca e disse: *“Isto não tinha sido previsto, não tinha sido programado, não tinha sido submetida a candidatura aos organismos europeus para aprovação? Pergunto. E se estava liquidado, porque que não integrou o orçamento para 2018, tanto mais que o orçamento para 2018 foi apresentado nos últimos dias de 2017? Agora, a candidatura só foi apresentada no final de 2017?”*

Seguidamente, o Presidente da Assembleia verificou que a Câmara Municipal não pretendia intervir e passou à votação deste ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 24 votos a favor e 18 votos de abstenção a proposta da Câmara para a 1ª Revisão Orçamental, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Depois o deputado do MAI, António Ramalho leu a seguinte declaração de voto: *“Senhor Presidente da Assembleia Municipal.*

O Grupo Parlamentar Municipal do Movimento Alternativa Independente (MAI) na Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, vem fazer constar da Ata da reunião da Assembleia Municipal, sessão ordinária, realizada em 27 de abril de 2018, a sua declaração de voto referente ao ponto seis da Ordem do Dia, nos termos e com os fundamentos seguintes:

1º - Pese embora esta Revisão Orçamental se afigure como legalmente obrigatória, considera-se conveniente notar que a submissão à Assembleia Municipal da Primeira Revisão Orçamental em 2018 visa legitimar e validar receita que incorpora saldo e fundos comunitários transitados, que não estavam no Orçamento inicial apresentado em dezembro último, sendo também de notar que se estranha, no caso da participação comunitária, a falta da sua inclusão no documento orçamental, tanto mais que a

respetiva candidatura há muito que teria sido apresentada, se encontraria aprovada e o respetivo montante de participação liquidado.

2º - Atendendo que, como é consabido, a receita resultante de Fundos Comunitários é obrigatoriamente consignada à despesa dos projetos cofinanciados pelos referidos Fundos, nos termos do art.º 43º, nº1, alínea a), da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (LFL), a Câmara Municipal tem de assumir as responsabilidades políticas e técnicas deste expediente contabilístico, devendo uma cabal explicação a esta assembleia do que efetivamente se passou, o que, lamentavelmente, nesta sessão não se verificou.

3º - Observando que, na própria proposta de revisão e no que respeita à receita na rubrica FEDER, a Câmara Municipal alega que o seu recebimento, e cita-se, “ainda se expectava” receber no ano de 2017, depreende-se que a mesma receita já se encontrava liquidada – até porque foi paga – pelo que deveria ter sido inscrita no Orçamento de 2018 como receita a arrecadar, tanto mais que o documento orçamental só foi objeto de apresentação e aprovação por parte da Assembleia Municipal mesmo no final do ano.

4º - Por outro lado, com a revisão proposta, a Câmara Municipal propõe o reforço de verbas orçamentais para algumas rubricas, sem apresentar qualquer justificação quanto à sua premência ou necessidade, ou seja, sem indicar o fundamento da opção por estas e não por outras.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar Municipal do MAI abstém-se no ponto deliberativo em questão, deixando bem vincado que a presente abstenção constitui uma forte censura política ao executivo municipal pela confusão e falta de rigor técnico de que o documento se reveste.

Vial da Póvoa de Lanhoso, 27 de abril de 2018.

O grupo Parlamentar Municipal do MAI.”

Depois, o Presidente da Mesa passou ao ponto sete da ordem do dia. **Ponto Sete: Proposta da Câmara Municipal para revogação de deliberação havida em setembro de 1996, inerente a cedência gratuita de imóvel à Escola Profissional do Alto Ave, E.M., e pedido de autorização para celebração de contrato de arrendamento.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Entretanto, da bancada parlamentar do PSD informaram que o deputado José Manuel se iria ausentar da sala, uma vez que faz parte dos órgãos sociais da EPAVE.

Da Câmara Municipal, interveio a vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: “*Na proposta em análise não está em causa a deliberação de setembro de 1996, desta Assembleia Municipal, de cedência das instalações à Escola Profissional do Alto Ave, enquanto esta mantiver o seu objetivo principal e a Câmara Municipal for a entidade promotora da EPAVE. Esta deliberação*

mantem-se exatamente nos mesmos moldes, com a exceção da gratuidade de cedência. A estratégia passa pelo arrendamento e não pela distribuição de dividendos. A EPAVE tem apresentado resultados líquidos positivos e a renda é ilegível em sede de candidatura a fundos comunitários, pelo que solicitamos alteração para a celebração de contrato de arrendamento nos termos legais, ou seja, em função do preço de transferência. O valor de renda a cobrar será para reinvestir na EPAVE, nomeadamente na manutenção das suas instalações. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: “44 anos volvidos sobre o dia inicial, inteiro e limpo, onde imergimos da noite e do silêncio, como escreveu a poetisa, a conquista e livre acesso à educação a todos os portugueses foi uma das maiores conquistas que o 25 de abril trouxe ao nosso país. Por conseguinte, a educação no global e as escolas no particular mostram-se instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e o bem-estar das pessoas, das organizações e sociedades. É nas escolas que a grande maioria das crianças e dos jovens aprendem uma diversidade de conhecimentos e de competências que dificilmente poderão aprender noutros contextos. Por isso mesmo, elas têm um papel a desempenhar, fundamental, insubstituível na consolidação das sociedades democráticas baseadas no conhecimento, na justiça social, igualdade, solidariedade e em princípios sociais e éticos irrepreensíveis. Para muitos, ela constitui uma oportunidade única para romper com situações económicas e sociais desfavoráveis e precárias. Certamente, por essa razão, muitos pais sempre se sacrificaram para que os seus filhos a frequentassem.

Temos a honra de, em 1995, sob proposta do executivo de então, do Partido Socialista, ter sido criada a EPAVE. Hoje representa, e passo a citar, uma referência ao nível do ensino profissional. Em boa verdade, é uma instituição que se conseguiu afirmar, quer pela atividade que desenvolve quer pelo seu papel na comunidade local. Aqui está mais uma prova, senhores deputados, em como na altura fomos e voltaremos a ser bons.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, 22 anos depois da cedência gratuita do edifício da EPAVE, a Câmara Municipal quer revogar esta mesma cedência advogando que, se outrora para a EPAVE foi determinante a cedência gratuita do imóvel que serviu para a sua instalação, atualmente não terá um significado tão expressivo. Traduzindo, revoga-se a cedência da gratuidade da EPAVE para depois fazer com ela mesma um contrato de arrendamento.

Sabemos que o QREN trouxe novas regras relativas à contrapartida pública nacional, que são de 15% do valor do orçamento da EPAVE. É entendimento do Governo que deverá ser a entidade pública detentora da EPAVE a assumir esses mesmos 15%. Ora, a Câmara Municipal é detentora da EPAVE a 100%, logo caber-lhe-ia a si essa

contrapartida. Contudo, sabemos que a precessão do executivo é que essa contrapartida cabe ao conselho de administração. Independentemente de a quem cabe ou não essa contrapartida, é entendimento do partido socialista que são da responsabilidade da tutela da Câmara Municipal esses mesmos 15%. E já tem em dívida cerca de 100 mil euros de 2017, e este valor assume mais cerca de 0.5 milhões de euros até 2020, no âmbito da formação que já está aprovada.

A proposta aqui apresentada, claro numa leitura mais lata, traduz-se pelo seguinte: a Câmara Municipal dá por um lado e tenta ir buscar pelo outro, com o arrendamento. E escusam de dizer que só assim se podem financiar investimento ou obras de melhorias no edifício.

Ora, colocam-se aqui duas situações que, na ótica do partido socialista, devíamos analisar com cautela. Esta estratégia que querem implementar parece-nos um esquema para contornar a lei. Por outro lado, o contrato de arrendamento, não é deliberado na Assembleia Municipal, nunca o foi, veja-se o exemplo do aluguer do espaço do bar das piscinas: há um procedimento formal, com regulamento próprio, onde se solicitam propostas em carta fechada. Vem a Câmara proceder desta forma, relativamente a este arrendamento? Não nos parece. E que suscitação legal terá para o fazer?

Assim sendo, o partido socialista irá abster-se na votação deste ponto.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos, e disse: *“Antes de iniciar este ponto, gostava só de prestar um esclarecimento ao senhor deputado Luís Amaro. É que não se trata de uma colagem ao PS, trata-se de uma questão de justiça, senhor deputado, porque um povo que não reconhece o seu passado é um povo que não tem futuro.*

Senhor Presidente, é com manifesta surpresa que vemos a proposta da Câmara Municipal para a revogação da deliberação que cede gratuitamente o uso e fruição do imóvel da Escola Profissional do Alto Ave. Surpresa pois, uma vez que ao ler o relatório de gestão de 2017 da EPAV, é dito, e passo a citar: “através de uma análise histórica das contas da nossa entidade, constata-se que esta apenas exerce a atividade relacionada com a formação profissional não tendo quaisquer outras fontes de rendimentos, razão pela qual não está dotada de receitas próprias e de um orçamento que lhe permita satisfazer a contrapartida nacional”, fim de citação.

Neste contexto, senhor Presidente, de que forma vai a EPAVE suportar a renda? Qual é o valor da renda? Mas, mais importante que a informação financeira, para o MAI, senhor Presidente, é a questão da cláusula de reversão: mantém-se a cláusula de reversão? Isto é, em caso de a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso deixar de ser entidade promotora da Escola Profissional do Alto Ave, o edifício reverte obrigatória e imediatamente para o património municipal, comprometendo-se a EPAVE a não locar,

alienar ou por qualquer outro modo onerar ou ceder, no todo ou em parte, o referido imóvel, nem afeta-lo a fim diferente sem autorização prévia e expressa da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso? Mantém-se esta cláusula? Ficamos a aguardar os seus esclarecimentos, muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e referiu: “O ponto número sete desta assembleia é referente à proposta da Câmara Municipal para a revogação de uma deliberação ocorrida em setembro de 1996, referente à cedência gratuita de imóvel à Escola Profissional do Alto Ave e, simultaneamente, é pedida a autorização para a celebração de contrato de arrendamento.

Como sabem, a Escola Profissional do Alto Ave é uma empresa municipal, efetivamente detida a 100% pela Câmara Municipal, que foi criada em 1995 para promover essencialmente a realização de cursos e ações de formação e ensino profissional. Sendo esta uma empresa, seja ela inserida em setor empresarial local ou não, passou já por diferentes estádios ao longo do seu percurso. Quer isto dizer que, para atingir a fase de crescimento, marcada pela sua criação e quota de posicionamento no mercado, foi necessário que a mesma fosse alavancada. Essa alavancagem consistiu, entre outros apoios, na cedência gratuita por parte da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso do uso e fruição do imóvel localizado na Av. dos Bombeiros Voluntários, sendo que na fase de instalação desta Escola Profissional foram efetivamente necessárias as obras de recuperação que foram custeadas, à data e em partes iguais, pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e pelo FEDER, fundo europeu de desenvolvimento regional.

Ao contrário de muitas empresas municipais – os índices demonstram que cerca de 40% das empresas municipais não possuem saúde financeira, o que não é o caso da EPAVE, e já aqui foi realçado pela bancada parlamentar do PS – esta apresenta efetivamente maturidade empresarial, é um espelho do bom controlo da Câmara Municipal, o que é de felicitar, e também já foi felicitado por esta bancada. Ora, se a administração pública deve tornar-se, a cada dia, mais eficiente e racional na utilização dos seus recursos e se os indicadores financeiros da EPAVE indicaram que a alteração de cedência gratuita de utilização para contrato de arrendamento não vem afetar negativamente o seu equilíbrio de tesouraria e a sua viabilidade económica, certo é, dentro de um clausulado que será apreciado em momento próprio e devidamente ponderado. Esta proposta da Câmara Municipal, na ótica da valorização da possibilidade de reinvestimento e na rendibilidade dos bem imoveis públicos, penso que deverá merecer efetivamente a aprovação de todas as bancadas parlamentares.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa verificou que não existia objeção a que se prolongasse o tempo da sessão a fim de concluir a mesma nesse dia, e concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio a vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Para responder à senhora deputada, Carla Canotilho, eu quando fiz a apresentação do ponto fui clara, ao dizer que não está em causa a deliberação de 96, com a exceção da gratuitidade da cedência, tudo o resto se mantem, portanto o uso e fruição por parte da EPAVE, enquanto escola profissional, enquanto mantiver o seu objetivo, que é a formação profissional, e a Câmara for detentora da EPAVE, a cedência mantém-se; só trazemos aqui a situação da gratuitidade. Quanto à renda, também referi que será fixada nos termos legais, portanto, em função do preço de transferência, o preço de transferência é o preço de mercado. É o que diz a lei, se alugássemos a outra entidade é o que receberíamos.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e usou da palavra apenas para esclarecer que contrariamente ao que foi dito pela deputada da bancada parlamentar do PSD, a bancada parlamentar do PS não enalteceu a saúde financeira da EPAVE, mas apenas citou o que estava escrito nos documentos apresentados.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado António Ramalho e, dirigindo-se à senhora vereadora, questionou: *“Se é conforme a lei, não é conforme a avaliação do IMI? Se é, não seria difícil determinar qual é o valor da renda. Por outro lado, a senhora deputada diz que efetivamente a única coisa que será revogada do despacho anterior de 96 é a parte respeitante ao arrendamento, ou seja, havia uma cedência gratuita e agora passa a haver um contrato de arrendamento; tudo bem, acho que devia trazer os elementos do contrato, aqui à Assembleia. Não trouxe, nomeadamente, o valor, o prazo, se é por cinco anos, se é por dez ou por trinta, porque mais de trinta não pode ser, e isso também, nada foi dito, apenas que vai fazer um contrato de arrendamento nos termos da lei, que é algo muito vago, devia concretizar, tinha o dever de concretizar, não o fez. Registo isso.*

Mas, por outro lado, também a proposta fala na revogação do ato anterior, ou seja, não estabelece reservas relativamente à parte que tem a ver com a clausula de reversão, isto

é, se a escola não for utilizada com os fins para que foi criada, a proposta que agora é apresentada pela Câmara não estabelece qualquer reserva relativamente a isso. Perante esta situação, que nós gostaríamos de votar favoravelmente a questão do contrato de arrendamento que parece uma situação agradável, mas perante esta situação, perante esta indefinição em termos concretos, vamos ter que votar contra a proposta.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra à Câmara para poder responder.

Interveio novamente a vereadora, Gabriela Fonseca e referiu: *“Só um esclarecimento ao senhor deputado António Ramalho. A proposta diz que “propõem-se que a Câmara revogue a sua deliberação havida a 16 de setembro de 1996 inerente à cedência gratuita do imóvel”, inerente à cedência gratuita do imóvel. É o que diz a proposta.”*

Seguidamente, o Presidente da Assembleia passou ao período de pedidos de esclarecimento e concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Relativamente a este assunto, aqui há dois anos, mais ou menos, estávamos nesta assembleia a discutir os resultados negativos da EPAVE, inclusive a possibilidade de perdermos a sua licença, penso que será este o termo, caso houvesse um terceiro ano de resultados negativos. A questão que lhe coloco, ou que lhe colocamos, é saber se isto está devidamente medido e se não há o risco de esta alteração empurrar a EPAVE para esta situação que tínhamos há dois ou três anos atrás. Se está devidamente medida esta situação ou não.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra à Câmara municipal para resposta.

Interveio a vereadora Gabriela Fonseca e disse: *“Senhor deputado, a Lei 50, fala efetivamente que nenhuma empresa municipal ou supramunicipal ou da área metropolitana pode ter resultados negativos três anos consecutivos; mas já saiu nova legislação, em que as escolas profissionais não são obrigadas, porque as escolas profissionais não têm a vertente mercantil, não têm que dar lucro, e portanto foi excecionada essa cláusula. Aliás, quando a Lei 50 entrou em vigor, ela teve efeitos retroativos e nós já recebemos da DGAL, e de várias entidades, comunicação a dizer que a EPAVE não se encontrava em situação de dissolução. As escolas profissionais, ou as entidades que exercem formação, dão formação, estão excecionadas.”*

Depois, o Presidente da Mesa colocou o este ponto a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 23 votos a favor, 15 votos de abstenção e 3 votos contra a proposta da Câmara Municipal para revogação de deliberação havida em setembro de 1996, inerente a cedência gratuita de imóvel à Escola Profissional do Alto Ave, E.M., e pedido de autorização para celebração de contrato de arrendamento.

Seguidamente o deputado do MAI, António Ramalho fez a seguinte declaração de voto: *“A proposta apresentada para efeitos de arrendamento do espaço onde funciona a EPAVE, a nosso ver, é vaga e não garante a cláusula da reversão a favor da Câmara Municipal, no caso do edifício escolar deixar de ser usado para os fins para os quais foi criada. Por isso o MAI vota contra a proposta, por via de não se encontrar acautelada essa situação.”*

Depois, o Presidente da Assembleia passou de imediato ao último ponto da ordem do dia. **Ponto Oito: Proposta da Câmara Municipal para composição de júri de recrutamento para o provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau.** E concedeu a palavra à Câmara para fazer a apresentação deste ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Tendo presente que está vago o lugar de chefe da divisão financeira, por saída do anterior chefe de divisão, temos de realizar um concurso para o preenchimento desta função. Esta proposta é para definir o júri. Neste momento, a vaga está ocupada em regime de substituição.”*

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado José Eduardo Vieira, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Relativamente à proposta da Câmara Municipal para aprovação do júri de recrutamento para o provimento de cargo de direção intermédio de 2º grau, o MAI considera que neste ponto deve imperar a transparência. Por isso, questionamos o executivo municipal, porque é que nenhum elemento do júri é da área financeira? Não seria lógico? Quem é que avalia as competências dos candidatos e com que critérios? Com que grau de conhecimento sobre a função? Não deveria haver pelo menos um elemento do júri externo ao município? E de preferência com formação na área e com capacidade para avaliar as competências dos candidatos?”*

Não está em causa a competência dos elementos do júri nem, tão pouco, dos candidatos, mas sim o procedimento em si. O MAI, por não se encontrarem reunidas as referidas condições, votará contra a proposta apresentada e entregará uma declaração de voto. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Relativamente a este ponto, e tratando-se de um ponto particularmente técnico, o partido socialista nada tem a objetar contra a constituição deste júri, só fazemos referência a que achamos que o presidente do júri poderia ser alguém de uma categoria mais acima. Posto isto, iremos abster-nos neste ponto.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa que usou da palavra apenas para informar que a bancada parlamentar do PSD se encontrava inteirada e votaria favoravelmente este ponto. E referiu, em jeito de recomendação, que, de futuro, os membros do júri deveriam integrar pessoas da área a recrutar, e deu o exemplo deste caso, referindo que um dos membros do júri poderia ser um elemento do ROC do município ou de outra entidade externa ao município.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal para poder responder.

Interveio a vereadora Gabriela Fonseca e disse: *“Querida só prestar um esclarecimento relativamente a esta questão do júri. Senhor deputado Miguel, acima do chefe de divisão não temos ninguém, só do executivo, porque não existe chefe de departamento. Por outro lado, a lei obriga a que as pessoas sejam idóneas; que tenha uma pessoa que domine a área dos recursos humanos é outro item, e temos a Dr.ª Zita, que é precisamente dos recursos humanos, por isso cumpre o que a legislação obriga.”*

Por fim, o Presidente da Mesa deu por terminado este ponto e colocou o mesmo a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 24 votos a favor, 15 votos de abstenção e 3 votos contra a proposta da Câmara Municipal para composição de júri de recrutamento para o provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau.

Depois, o deputado José Eduardo Vieira leu a seguinte declaração de voto do MAI: “ *O Grupo Parlamentar do Movimento Alternativa Independente (MAI) na Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso vem, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 38º nº 1, alínea i) do Regimento da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, fazer constar da Ata da Reunião realizada no dia 27 de abril de 2018 a sua declaração de voto referente ao Ponto 8 da Ordem do Dia, nos termos e fundamentos seguintes:*

Considerando que a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal para a composição do júri de recrutamento para o provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau, para a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, não integra:

- a) Elemento/s externo/s à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso;*
- b) Elemento/s com formação de base na área financeira;*

Ora, sem por em causa, a título algum, a capacidade dos candidatos e a competência e independência do respetivo júri, por razões de princípio e em coerência com os valores da verdade e da transparência, que em regime democrático devem pautar toda a atividade administrativa, a qual se pretende aberta aos cidadãos e credora da sua confiança, o Grupo Movimento Alternativa Independente, por entender, neste caso, não se encontrarem reunidas tais condições, vota contra a proposta apresentada.

Póvoa de Lanhoso, 27 de abril de 2018.

Grupo do Movimento Alternativa Independente.”

Por último, o Presidente da Assembleia, verificou que não existiam inscrições para o período de intervenção do público e colocou à consideração do plenário a aprovação da ata em minuta, permitindo desta forma a imediata eficácia das deliberações tomadas; declarou que foi aprovada e deu por terminada a sessão, desejando a todos uma boa noite e um bom fim-de-semana.